

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS 2022.1

Sicoob Central BA



SUMÁRIO

3 Relatório de
Administração

8 Demonstrações
Contábeis

13 Notas Explicativas

44 Relatório de
Auditoria

Relatório da Administração

Às Cooperativas Filiadas

Submetemos à apreciação as Demonstrações Contábeis do semestre findo em 30 de junho de 2022 da Cooperativa Central de Crédito da Bahia Ltda. – SICOOB CENTRAL BA, na forma da Legislação em vigor.

1. Cenário

O mercado traçou um cenário positivo para a economia nos primeiros seis meses do ano de 2022, muito em função do resultado do PIB no último trimestre do ano anterior, com crescimento de 0,7%, retirando o país da recessão técnica, uma vez que decresceu nos dois trimestres anteriores.

E esta expectativa, em função da retomada da atividade econômica, se manteve já no primeiro trimestre do ano em curso, com o avanço do PIB de 1% em relação aos três meses imediatamente anteriores, e de 1,7% quando comparado ao mesmo período de 2021.

Sob a ótica da oferta, o destaque ficou por conta do setor de serviços, maior peso na economia e mais afetado durante a pandemia, em função das medidas restritivas para conter o avanço da Covid-19. Este segmento representa 70% PIB e o seu crescimento de 1%, puxado sobretudo por outras atividades que demandam serviços de forma presencial, tem impacto direto no crescimento econômico do país.

A indústria se manteve estável, com variação de 0,1%, muito em função do desempenho negativo da indústria extrativa, enquanto houve avanço nas atividades de eletricidade, gás e esgoto; indústria de transformação e construção civil. Já o setor agropecuário recuou 0,9%, fruto da queda da safra de soja e arroz, consequência do período de estiagem no Sul do país.

Por outro lado, sob a égide da demanda, o destaque fica por conta do consumo das famílias, que responde por cerca de 60% do PIB, das exportações e de gasto sistêmico, dos objetivos traçados por cada singular, a fim de que as metas comerciais, de eficiência e de riscos sejam alcançadas.

Um dos desafios no primeiro semestre, e ainda para o próximo, consiste em equalizar as taxas de aplicação, frente ao aumento da Selic, o que elevou significativamente o custo de captação, impactando diretamente o resultado da intermediação financeira. Para compensar este desequilíbrio e manter o nosso negócio sustentável, incentivamos ainda mais a participação nas campanhas de produtos e serviços e gestão eficiente do risco para redução da inadimplência, o que resultará em melhores resultados.

2. Indicadores de desempenho

2.1. SICOOB CENTRAL BA

Nossos ativos cresceram 17,78% em relação ao mesmo período do ano anterior, atingindo R\$787,72 milhões. Em 30 de junho de 2022, 91,77% dos ativos estavam aplicados em operações de intermediação financeira, sendo 88,53% delas em tesouraria e aplicações financeiras vinculadas à variação do CDI e 3,24% em operações de crédito.



No primeiro semestre de 2022, a captação de depósitos e da centralização financeira junto às cooperativas filiadas progrediram 17,34% em relação ao mesmo período do ano anterior, totalizando R\$689,94 milhões.

O patrimônio líquido evoluiu 14,74%, chegando a R\$86 milhões. As sobras líquidas antes das destinações elevaram-se em 20,26% em relação ao mesmo período de 2021, alcançando R\$1,94 milhão em 30 de junho de 2022.

2.2. Cooperativas Filiadas

Os ativos das cooperativas filiadas encerraram o primeiro semestre de 2022 com R\$2.071,79 milhões, representando um aumento de 12,46% ante o mesmo período do ano anterior.

As operações de crédito líquidas de provisão, mesmo diante de um cenário de incerteza da economia, encerraram o primeiro semestre de 2022 com R\$1.173,04 milhões, representando um acréscimo de 9,58% em relação ao mesmo período do ano anterior.

A captação de depósitos cresceu 15,82% em relação ao mesmo período do ano anterior, atingindo o patamar de R\$1.409,41 milhões, demonstrando a confiança dos associados nas cooperativas filiadas

O patrimônio líquido alcançou R\$456,15 milhões em 30 de junho de 2022, representando uma evolução de 7,43% em relação ao mesmo período do ano anterior.

As sobras brutas do primeiro semestre de 2022, antes das destinações e dos juros ao capital, alcançaram R\$22,58 milhões, representando um decréscimo de 22,45% em relação ao mesmo período do ano anterior e corresponderam a um retorno de 10,41% a.a. sobre o patrimônio líquido médio do período.

3. Gerenciamento de Riscos

3.1. Gerenciamento Centralizado de Riscos e de Capital do Sistema de Cooperativas de Crédito do Brasil – Sicoob

A gestão integrada de riscos e de capital no âmbito das cooperativas do Sicoob é realizada de forma centralizada pelo Centro Cooperativo Sicoob - CCS, abrangendo, no mínimo, os riscos de crédito, mercado, liquidez, operacional, socioambiental, continuidade de negócios e de gerenciamento de capital.

A política institucional de gestão integrada de riscos e de capital, bem como as diretrizes de gerenciamento dos riscos e de capital são aprovados pelo Conselho de Administração do Centro Cooperativo Sicoob - CCS.

A estrutura centralizada de gerenciamento de riscos e de capital é compatível com a natureza das operações e à complexidade dos produtos e serviços oferecidos, sendo proporcional à dimensão da exposição aos riscos das entidades do Sicoob.

Em cumprimento à Resolução CMN 4.557/2017, encontra-se disponível no sítio do Sicoob (www.sicoob.com.br) relatório descritivo da estrutura de gerenciamento de riscos e da estrutura de gerenciamento de capital.

3.2. Risco Operacional

O processo de gerenciamento do risco operacional consiste na avaliação qualitativa dos riscos por meio das etapas de identificação, avaliação, tratamento, documentação e armazenamento de informações de perdas operacionais e de recuperação de perdas operacionais, testes de avaliação dos sistemas de controle, comunicação e informação.

Os resultados desse processo são apresentados à Diretoria Executiva e ao Conselho de Administração. A metodologia de alocação de capital, para fins do Acordo de Basileia II, utilizada para determinação da parcela de risco operacional (RWAopad) é a Abordagem do Indicador Básico (BIA).

3.3. Riscos de Liquidez

O gerenciamento do risco de liquidez do Sicoob Central BA objetiva garantir a aderência às normas vigentes e minimizar os impactos desse risco, por meio das boas práticas de gestão e garantir a suficiência de recursos para suportar potenciais saídas de recursos de forma inesperada do fluxo de caixa.

No gerenciamento do risco de liquidez são utilizados como instrumentos de gestão: projeções de fluxo de caixa, limites mínimos de liquidez, aplicações de cenários de estresses e planos de contingência de liquidez.

Não obstante a centralização do gerenciamento do risco de liquidez no Centro Cooperativo Sicoob-CCS, o Sicoob Central BA possui estrutura compatível com a natureza das operações e com a complexidade dos produtos e serviços oferecidos, sendo proporcional à dimensão da exposição ao risco de mercado da entidade.

O processo de gerenciamento do risco de liquidez é claramente segregado e a estrutura organizacional envolvida garante especialização, representação e racionalidade dos processos no âmbito do Sicoob.

3.4. Risco de Mercado e Risco de variação das taxas de juros (IRRBB)

O gerenciamento dos riscos de mercado e de variação das taxas de juros em instrumentos classificados na carteira bancária (IRRBB) do Sicoob Central BA objetiva garantir a aderência às normas vigentes e minimizar os impactos de perdas resultantes da flutuação nos valores de mercado de seus instrumentos financeiros e dos movimentos adversos das taxas de juros no seu capital e resultados, para os instrumentos classificados na carteira bancária.

No gerenciamento do risco de mercado e do IRRBB, são adotados procedimentos padronizados de identificação de fatores de riscos, de classificação de instrumentos da carteira de negociação e da carteira bancária, estabelecimento de limites de risco, de testes de estresse e teste de aderência (backtesting) do modelo de risco. O valor de exposição ao Risco de Mercado (RBAN) é mensurado pela metodologia VaR (Value at Risk), calculado pelo Centro Cooperativo Sicoob (CCS).

Não obstante a centralização do gerenciamento do risco de mercado e do IRRBB no Centro Cooperativo Sicoob-CCS, o Sicoob Central BA possui estrutura compatível com a natureza das operações e com a complexidade dos produtos e serviços oferecidos, sendo proporcional à dimensão da exposição ao risco de mercado da entidade.



O processo de gerenciamento de riscos de mercado e do IRRBB é claramente segregado e a estrutura organizacional envolvida garante especialização, representação e racionalidade dos processos no âmbito do Sicoob.

3.5. Risco de crédito e Risco Socioambiental

O gerenciamento de risco de crédito objetiva garantir a aderência às normas vigentes, maximizar o uso do capital e minimizar os riscos envolvidos nos negócios de crédito por meio das boas práticas de gestão de riscos.

O gerenciamento do risco socioambiental consiste na identificação, classificação, avaliação e no tratamento dos riscos com possibilidade de ocorrência de perdas decorrentes de danos socioambientais. Compete ao gestor centralizado (Centro Cooperativo Sicoob - CCS) a padronização de processos, de metodologias de análises de risco de clientes e de operações, da criação e de manutenção de política única de risco de crédito e socioambiental para o Sicoob, além do monitoramento das carteiras de crédito das cooperativas.

3.6. Gerenciamento de capital

A estrutura de gerenciamento de capital do Sicoob objetiva garantir a aderência às normas vigentes e minimizar o risco de insuficiência de capital para fazer face aos riscos em que a entidade está exposta, por meio das boas práticas de gestão de capital, na forma instruída na Resolução CMN nº 4.557/2017.

Conforme preceitua o artigo 9 da Resolução CMN nº 4.557/2017, o Sicoob Central BA aderiu à estrutura única de gerenciamento de capital do Sicoob, centralizada no Centro Cooperativo do Sicoob (CCS), a qual se encontra evidenciada em relatório disponível no site www.sicoob.com.br.

O gerenciamento de capital centralizado consiste em um processo contínuo de monitoramento do capital, e é realizado pelas entidades do Sicoob com objetivo de:

- a) avaliar a necessidade de capital para fazer face aos riscos a que as entidades do Sicoob estão sujeitas;
- b) planejar metas e necessidade de capital, considerando os objetivos estratégicos das entidades do Sicoob;
- c) adotar postura prospectiva, antecipando a necessidade de capital decorrente de possíveis mudanças nas condições de mercado.

3.7. Gestão de Continuidade de Negócio

A Gestão de Continuidade dos Negócios (GCN) é um processo abrangente de gestão que identifica ameaças potenciais de descontinuidade das operações de negócios para a organização e possíveis impactos, caso essas ameaças se concretizem.

O Sicoob Confederação realiza Análise de Impacto (AIN) para identificar processos críticos sistêmicos, com objetivo de definir estratégias para continuidade desses processos e, assim, resguardar o negócio de interrupções prolongadas que possam ameaçar sua continuidade. O resultado da AIN é baseado nos impactos financeiro, legal e de imagem.

São elaborados, anualmente, Planos de Continuidade de Negócios (PCN) contendo os principais procedimentos a serem executados para manter as atividades em funcionamento em momentos de contingência. Os Planos de Continuidade de Negócios são classificados em: Plano de Continuidade Operacional (PCO) e Plano de Recuperação de Desastre (PRD).

Visando garantir sua efetividade, são realizados anualmente testes nos Planos de Continuidade de Negócios (PCN).

4. Governança Corporativa

A governança corporativa do Sicoob Central BA visa estabelecer diretrizes aplicadas à representatividade e participação, à direção estratégica, à gestão executiva, à fiscalização e controle e à aplicação de princípios de segregação de funções na administração; de transparência, de equidade, de ética, de educação cooperativista, de responsabilidade corporativa e de prestação de contas e atender às exigências legais e regulamentares.

A verificação do cumprimento aos normativos e leis vigentes é realizada pelo Conselho Fiscal do Sicoob Central BA, auditorias, bem como pelo Banco Central do Brasil.

5. Conselho Fiscal

Eleito na AGO de 26/04/2019, o Conselho Fiscal tem a função de examinar assídua e minuciosamente os atos da administração, bem como os demonstrativos contábeis do Sicoob Central BA.

6. Pacto de Ética

Todas as cooperativas do Sicoob BA, incluindo o Sicoob Central BA, adotam o Pacto de Ética do Sicoob, sendo firmado termo de compromisso com todos os integrantes.

O Código de Ética foi atualizado, e a partir de 03 de fevereiro de 2021 passou a chamar-se Pacto de Ética.

Agradecimentos

Agradecemos às nossas Cooperativas Filiadas pela confiança e à equipe do Sicoob Central BA pela dedicação.

Salvador, 25 de julho de 2022

Ivo Azevedo de Brito
Presidente

Alexsandro do Carmo Silva
Diretor Administrativo

Josemir Pereira Soares
Diretor Operacional



COOPERATIVA CENTRAL DE CRÉDITO DA BAHIA LTDA. - SICOOB CENTRAL BA
SICOOB CENTRAL BA
CNPJ: 34.148.882/0001-59
BALANÇO PATRIMONIAL
(Em Reais)

	Notas	30/06/2022	31/12/2021
ATIVO		787.715.480,56	683.134.450,48
DISPONIBILIDADES	4	2.157.939,81	139.175,26
INSTRUMENTOS FINANCEIROS		720.968.204,31	623.334.818,60
Aplicações Interfinanceiras de Liquidez	5	519.961.894,12	428.096.273,49
Títulos e Valores Mobiliários	6	175.233.859,68	165.069.196,54
Operações de Crédito	7	25.725.860,43	30.162.988,01
Outros Ativos Financeiros	8	46.590,08	6.360,56
(-) PROVISÕES PARA PERDAS ESPERADAS ASSOCIADAS AO RISCO DE CRÉDITO		(215.083,11)	(182.644,36)
(-) Operações de Crédito	7	(215.083,11)	(182.644,36)
ATIVOS FISCAIS CORRENTES E DIFERIDOS		10.202,63	2.497,43
OUTROS ATIVOS	10	1.059.625,14	837.850,38
INVESTIMENTOS	11	62.830.236,18	58.089.237,43
IMOBILIZADO DE USO	12	1.694.286,30	1.647.005,18
INTANGÍVEL	13	242.698,63	242.698,63
(-) DEPRECIAÇÕES E AMORTIZAÇÕES		(1.032.629,33)	(976.188,07)
TOTAL DO ATIVO		787.715.480,56	683.134.450,48
PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO		787.715.480,56	683.134.450,48
DEPÓSITOS	14	14.806.013,87	7.241.610,66
Depósitos Sob Aviso		143.692,26	136.328,50
Depósitos a Prazo		14.662.321,61	7.105.282,16
DEMAIS INSTRUMENTOS FINANCEIROS		675.237.444,24	588.345.717,24
Relações Interfinanceiras	15	675.129.585,34	588.239.510,27
Centralização Financeira - Cooperativas		675.129.585,34	588.239.510,27
Outros Passivos Financeiros	16	107.858,90	106.206,97
PROVISÕES	18	138.659,50	135.638,17
OBRIGAÇÕES FISCAIS CORRENTES E DIFERIDAS	19	269.955,65	311.254,71
OUTROS PASSIVOS	20	11.267.341,29	6.016.452,24
PATRIMÔNIO LÍQUIDO		85.996.066,01	81.083.777,46
CAPITAL SOCIAL	21.1	56.122.139,45	51.767.853,20
RESERVAS DE SOBRAS	21.2	28.359.315,03	28.359.315,03
OUTROS RESULTADOS ABRANGENTES	21.3	(427.930,40)	(609.183,31)
SOBRAS OU PERDAS ACUMULADAS	21.4	1.942.541,93	1.565.792,54
TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO		787.715.480,56	683.134.450,48

As Notas Explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

ALEXSANDRO DO CARMO SILVA
DIRETOR ADMINISTRATIVO

JOSEMIR PEREIRA SOARES
DIRETOR OPERACIONAL

VALMIR LIMA SILVA
CONTADOR
CRCBA-023450/O-3

COOPERATIVA CENTRAL DE CRÉDITO DA BAHIA LTDA. - SICOOB CENTRAL BA
SICOOB CENTRAL BA
CNPJ: 34.148.882/0001-59
DEMONSTRAÇÃO DE SOBRAS OU PERDAS
(Em Reais)

	Notas	30/06/2021	30/06/2020
INGRESSOS E RECEITAS DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA	23	35.009.172,93	8.116.892,28
Operações de Crédito		1.497.189,93	462.346,23
Resultado de Aplicações Interfinanceiras de Liquidez		24.514.636,18	5.520.137,43
Resultado de Operações com Títulos e Valores Mobiliários		8.997.346,82	2.134.408,62
DISPÊNDIOS E DESPESAS DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA	24	(32.309.490,37)	(7.271.156,42)
Operações de Captação no Mercado		(550.833,82)	(101.136,72)
Dispêndios de Depósitos Intercooperativos		(31.726.217,80)	(7.095.485,04)
Provisões para Perdas Esperadas Associadas ao Risco de Crédito		(32.438,75)	(74.534,66)
RESULTADO BRUTO DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA		2.699.682,56	845.735,86
OUTROS INGRESSOS E RECEITAS/DISPÊNDIOS E DESPESAS OPERACIONAIS		2.183.483,50	1.387.219,09
Ingressos e Receitas de Prestação de Serviços	25	204.211,55	223.996,12
Dispêndios e Despesas de Pessoal	26	(4.875.967,28)	(4.058.916,56)
Outros Dispêndios e Despesas Administrativas	27	(2.448.892,07)	(1.544.642,94)
Dispêndios e Despesas Tributárias	28	(68.168,66)	(59.980,35)
Resultado de Participações em Coligadas e Controladas	29	4.558.587,83	1.979.048,06
Outros Ingressos e Receitas Operacionais	30	4.842.669,67	4.865.722,69
Outros Dispêndios e Despesas Operacionais	31	(28.957,54)	(18.007,93)
PROVISÕES		(3.021,33)	(723,97)
Provisões/Reversões para Contingências	32	(3.021,33)	(723,97)
RESULTADO OPERACIONAL		4.880.144,73	2.232.230,98
SOBRAS OU PERDAS ANTES DA TRIBUTAÇÃO E PARTICIPAÇÕES		4.880.144,73	2.232.230,98
IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL		(31.387,78)	(24.945,58)
Imposto de Renda Sobre Atos Não Cooperados		(15.693,89)	(12.472,79)
Contribuição Social Sobre Atos Não Cooperados		(15.693,89)	(12.472,79)
SOBRAS OU PERDAS DO PERÍODO ANTES DAS DESTINAÇÕES E DOS JUROS AO CAPITAL		4.848.756,95	2.207.285,40
JUROS AO CAPITAL		(2.906.215,03)	(592.036,43)
SOBRAS OU PERDAS DO PERÍODO ANTES DAS DESTINAÇÕES		1.942.541,92	1.615.248,97

As Notas Explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.



COOPERATIVA CENTRAL DE CRÉDITO DA BAHIA LTDA. - SICOOB CENTRAL BA
SICOOB CENTRAL BA
CNPJ: 34.148.882/0001-59
DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO
(Em Reais)

	CAPITAL SUBSCRITO	RESERVA LEGAL	RESERVAS PARA EXPANSÃO	RESERVAS DE LUCROS A REALIZAR	OUTROS RESULTADOS ABRANGENTES	SOBRAS OU PERDAS ACUMULADAS	TOTAIS
Saldos em 31/12/2020	46.319.260,45	7.710.893,28	1.120.141,84	18.706.234,73	-	1.103.094,20	74.959.624,50
Destinações das Sobras do Exercício Anterior:							
Distribuição de sobras para associados	1.053.960,09	-	-	-	-	(1.103.094,20)	(49.134,11)
Movimentação de Capital:							
Por Subscrição/Realização	1.290.585,08	-	-	-	-	-	1.290.585,08
Por Devolução (-)	(1.665.902,43)	-	-	-	-	-	(1.665.902,43)
Sobras ou Perdas do Período Antes das Destinações e dos Juros ao Capital	-	-	-	-	-	2.207.285,40	2.207.285,40
Ajuste de Avaliação Patrimonial - Invest. em Coligadas e Controladas	-	-	-	-	(1.201.159,82)	-	(1.201.159,82)
Remuneração de Juros sobre o Capital Próprio:							
Provisão de Juros sobre o Capital Próprio	-	-	-	-	-	(592.036,43)	(592.036,43)
Saldos em 30/06/2021	46.997.903,19	7.710.893,28	1.120.141,84	18.706.234,73	(1.201.159,82)	1.615.248,97	74.949.262,19
Saldos em 31/12/2021	51.767.853,20	8.464.466,55	1.188.613,75	18.706.234,73	(609.183,31)	1.565.792,54	81.083.777,46
Destinações das Sobras do Exercício Anterior:							
Distribuição de sobras para associados	1.557.817,80	-	-	-	-	(1.565.792,53)	(7.974,73)
Movimentação de Capital:							
Por Subscrição/Realização	2.796.468,45	-	-	-	-	-	2.796.468,45
Sobras ou Perdas do Período Antes das Destinações e dos Juros ao Capital	-	-	-	-	-	4.848.756,95	4.848.756,95
Ajuste de Avaliação Patrimonial Invest. em Coligadas e Controladas	-	-	-	-	181.252,91	-	181.252,91
Remuneração de Juros sobre o Capital Próprio:							
Provisão de Juros sobre o Capital Próprio	-	-	-	-	-	(2.906.215,03)	(2.906.215,03)
Saldos em 30/06/2022	56.122.139,45	8.464.466,55	1.188.613,75	18.706.234,73	(427.930,40)	1.942.541,93	85.996.066,01

As Notas Explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

ALEXSANDRO DO CARMO SILVA
DIRETOR ADMINISTRATIVO

JOSEMIR PEREIRA SOARES
DIRETOR OPERACIONAL

VALMIR LIMA SILVA
CONTADOR
CRCBA-023450/O-3

COOPERATIVA CENTRAL DE CRÉDITO DA BAHIA LTDA. - SICOOB CENTRAL BA
SICOOB CENTRAL BA
CNPJ: 34.148.882/0001-59
DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO ABRANGENTE
(Em Reais)

	NOTAS	30/06/2022	30/06/2021
SOBRAS OU PERDAS DO PERÍODO ANTES DAS DESTINAÇÕES E DOS JUROS AO CAPITAL		4.848.756,95	2.207.285,40
OUTROS RESULTADOS ABRANGENTES	21.3	181.252,91	(1.201.159,82)
Itens que podem ser reclassificados para o Resultado			
Ajuste de avaliação patrimonial - investimentos em coligadas e controladas		181.252,91	(1.201.159,82)
TOTAL DO RESULTADO ABRANGENTE		5.030.009,86	1.006.125,58

As Notas Explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

ALEXSANDRO DO CARMO SILVA
DIRETOR ADMINISTRATIVO

JOSEMIR PEREIRA SOARES
DIRETOR OPERACIONAL

VALMIR LIMA SILVA
CONTADOR
CRCBA-023450/O-3



COOPERATIVA CENTRAL DE CRÉDITO DA BAHIA LTDA. - SICOOB CENTRAL BA
SICOOB CENTRAL BA
CNPJ: 34.148.882/0001-59
DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA
(Em Reais)

	30/06/2022	30/06/2021
SOBRAS OU PERDAS ANTES DA TRIBUTAÇÃO E PARTICIPAÇÕES	4.880.144,73	2.232.230,98
Resultado de Equivalência Patrimonial	(4.558.587,83)	(1.979.048,06)
Provisões/Reversões para Perdas Esperadas Associadas ao Risco de Crédito	32.438,75	74.534,66
Provisões/Reversões para Contingências	3.021,33	723,97
Depreciações e Amortizações	72.657,34	62.651,18
SOBRAS OU PERDAS ANTES DA TRIBUTAÇÃO E PARTICIPAÇÕES AJUSTADO	429.674,32	391.092,73
(Aumento) redução em ativos operacionais		
Aplicações Interfinanceiras de Liquidez	(91.865.620,63)	137.696.325,60
Títulos e Valores Mobiliários	(10.164.663,14)	(41.631.625,65)
Operações de Crédito	4.437.127,58	(14.906.933,26)
Outros Ativos Financeiros	(40.229,52)	-
Ativos Fiscais Correntes e Diferidos	(7.705,20)	(116,76)
Outros Ativos	(221.774,76)	(454.941,87)
Aumento (redução) em passivos operacionais		
Depósitos sob Aviso	7.363,76	1.656,99
Depósitos a Prazo	7.557.039,45	(1.608.262,65)
Relações Interfinanceiras	86.890.075,07	(79.457.386,25)
Outros Passivos Financeiros	1.651,93	26.100,27
Obrigações Fiscais Correntes e Diferidas	(41.299,06)	(68.966,51)
Outros Passivos	2.344.674,02	2.600.149,90
Imposto de Renda	(15.693,89)	(12.472,79)
Contribuição Social	(15.693,89)	(12.472,79)
CAIXA LÍQUIDO APLICADO / ORIGINADO EM ATIVIDADES OPERACIONAIS	(705.073,96)	2.562.146,96
Atividades de Investimentos		
Aquisição de Imobilizado de Uso	(63.497,20)	(48.949,61)
Aquisição de Investimentos	(1.158,01)	(283,50)
CAIXA LÍQUIDO APLICADO / ORIGINADO EM INVESTIMENTOS	(64.655,21)	(49.233,11)
Atividades de Financiamentos		
Aumento por novos aportes de Capital	2.796.468,45	1.290.585,08
Devolução de Capital à Cooperados	-	(1.665.902,43)
Distribuição de sobras para associados	(7.974,73)	(49.134,11)
CAIXA LÍQUIDO APLICADO / ORIGINADO EM FINANCIAMENTOS	2.788.493,72	(424.451,46)
AUMENTO / REDUÇÃO LÍQUIDA DE CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA	2.018.764,55	2.088.462,39
Modificações Líquidas de Caixa e Equivalentes de Caixa		
Caixa e Equivalentes de Caixa No Início do Período	139.175,26	16.490,81
Caixa e Equivalentes de Caixa No Fim do Período	2.157.939,81	2.104.953,20
Varição Líquida de Caixa e Equivalentes de Caixa	2.018.764,55	2.088.462,39

As Notas Explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

ALEXSANDRO DO CARMO SILVA
DIRETOR ADMINISTRATIVO

JOSEMIR PEREIRA SOARES
DIRETOR OPERACIONAL

VALMIR LIMA SILVA
CONTADOR
CRCBA-023450/O-3

COOPERATIVA CENTRAL DE CRÉDITO DA BAHIA LTDA - SICOOB CENTRAL BA**CNPJ: 34.148.882/0001-59****NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS EM 30 DE JUNHO DE 2022**
Em Reais (R\$)**1. Contexto Operacional**

A Cooperativa Central de Crédito da Bahia Ltda – Sicoob Central BA é uma entidade cooperativista, que tem por objetivo a organização em maior escala, dos serviços econômico-financeiros e assistenciais de suas filiadas (Cooperativas Singulares), integrando e orientando suas atividades, bem como facilitando a utilização recíproca dos serviços. Tem sua constituição e o funcionamento regulamentados pela Lei nº 4.595/64, que dispõe sobre a Política e as Instituições Monetárias, Bancárias e Creditícias; pela Lei nº 5.764/71, que define a Política Nacional do Cooperativismo e institui o regime jurídico das sociedades Cooperativas; pela Lei Complementar nº 130/09, que dispõe sobre o Sistema Nacional de Crédito Cooperativo; e pela Resolução CMN nº 4.434/15, que dispõe sobre a constituição e o funcionamento de Cooperativas de Crédito. Neste sentido, o Sicoob Central BA coordena as ações do Sicoob BA, difunde e fomenta o cooperativismo de crédito e orienta a aplicação dos recursos captados pelo Sistema. O Sicoob Central BA integra o Sistema de Cooperativas de Crédito do Brasil - Sicoob, em conjunto a outras Cooperativas Centrais e Singulares.

O Sicoob Central BA, está sediado à Rua Alceu Amoroso Lima nº 470, Caminho das Árvores, Salvador- BA.

A atividade preponderante é prestar, às cooperativas filiadas, orientação jurídica, gerencial, administrativa, de informática, financeira, social, operacional, de comunicação social, de capacitação profissional, entre outras, visando o aperfeiçoamento, a racionalização e a padronização dos serviços oferecidos pelas referidas instituições.

Para a consecução dos objetivos, cabe ao Sicoob Central BA o monitoramento, a supervisão e a orientação administrativa e operacional das cooperativas filiadas, de forma a prevenir e a corrigir situações anormais que possam configurar infrações legais ou regulamentares, inclusive internas, ou acarretar risco para a solidez daquelas instituições e do Sistema.

2. Apresentação das Demonstrações Contábeis

As demonstrações contábeis foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições financeiras autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil – BCB, considerando as Normas Brasileiras de Contabilidade (especificamente aquelas aplicáveis às entidades Cooperativas), a Lei do Cooperativismo (nº 5.764/1971) e normas e instruções do BCB, apresentadas conforme o Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional – COSIF.

Em função do processo de convergência com as normas internacionais de contabilidade, algumas normas e interpretações foram emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), as quais são aplicáveis às instituições financeiras somente quando aprovadas pelo BCB, naquilo que não confrontar com as normas por ele emitidas anteriormente. Os pronunciamentos contábeis já aprovados, por meio das Resoluções do CMN, foram aplicados integralmente na elaboração destas demonstrações contábeis.



2.1 Mudanças nas Políticas Contábeis e Divulgação

a) Mudanças em vigor

Apresentamos a seguir um resumo sobre as normas emitidas pelos órgãos reguladores em exercícios anteriores, mas que entraram em vigor a partir de 1º de janeiro de 2022:

Resolução CMN nº 4.817, de 29 de maio de 2020: a norma estabelece os critérios para mensuração e reconhecimento contábeis, pelas instituições financeiras, de investimentos em coligadas, controladas e controladas em conjunto, no Brasil e no exterior, incluindo operações de aquisição de participações, no caso de investidas no exterior, além de critérios de variação cambial; avaliação pelo método da equivalência patrimonial; investimentos mantidos para venda; e operações de incorporação, fusão e cisão. Diante dos impactos das alterações para o processo de incorporação de cooperativas, foram promovidas reuniões com o Banco Central do Brasil, definindo procedimentos internos para atender ao novo requerimento da Resolução.

Resolução BCB nº 33, de 29 de outubro de 2020: a norma dispõe sobre os procedimentos a serem adotados pelas instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil para a divulgação, em notas explicativas, de informações relacionadas a investimentos em coligadas, controladas e controladas em conjunto.

Resolução CMN nº 4.872, de 27 de novembro de 2020: a norma dispõe sobre os critérios gerais para o registro contábil do patrimônio líquido das instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil. As principais alterações decorrentes do normativo são:

- i) definição das destinações possíveis das sobras ou perdas, não sendo permitido mantê-las sem a devida destinação por ocasião da Assembleia Geral;
- ii) sobre a remuneração de quotas-partes do capital, se não for distribuída em decorrência de incompatibilidade com a situação financeira da instituição, deverá ser registrada na adequada conta de Reservas Especiais.

Resolução BCB nº 92, de 6 de maio de 2021: a norma dispõe sobre a estrutura do elenco de contas Cosif a ser observado pelas instituições financeiras e demais instituições a funcionar pelo Banco Central do Brasil. Os impactos decorrentes desse normativo abrangem a exclusão do grupo Cosif que evidenciava Resultados de Exercícios Futuros e a atualização na nomenclatura de todos os grupos vigentes de 1º nível, a saber: Ativo Realizável; Ativo Permanente; Compensação Ativa; Passivo Exigível; Patrimônio Líquido; Resultado Credor; Resultado Devedor; e Compensação Passiva.

Resolução CMN nº 4.924, de 24 de junho de 2021: a norma dispõe sobre princípios gerais para reconhecimento, mensuração, escrituração e evidenciação contábeis pelas instituições financeiras e demais instituições a funcionar pelo Banco Central do Brasil. As principais alterações são:

- i) a recepção do CPC 00 (R2) - Estrutura Conceitual para Relatório Financeiro, o qual não altera nem sobrepõe outros pronunciamentos, e não modifica os critérios de reconhecimento e desreconhecimento do ativo e passivo nas demonstrações contábeis;
- ii) a recepção do CPC 47 – Receita de Contrato com Cliente, o qual estabelece os princípios que a entidade deve aplicar para apresentar informações úteis aos usuários de demonstrações contábeis sobre a natureza, o valor, a época e a incerteza de receitas e fluxos de caixa provenientes de contrato com cliente

iii) na mensuração de ativos e passivos, quando não houver regulamentação específica, será necessário: (a) mensurar os ativos pelo menor valor entre o custo e o valor justo na data-base do balancete ou balanço; (b) mensurar os passivos: pelo valor de liquidação previsto em contrato ou pelo valor estimado da obrigação, quando o contrato não especificar valor de pagamento.

b) Mudanças a serem aplicadas em períodos futuros

A seguir, trazemos um resumo sobre as novas normas recentemente emitidas pelos órgãos reguladores, ainda a serem adotadas pela Central:

No intuito de consolidar em ato normativo único as rubricas de cada um dos grupos contábeis que compõem o Elenco de Contas do Cosif, segundo a Resolução BCB nº 92/2021, o Banco Central do Brasil divulgou em 1º/4/2022 as Instruções Normativas mencionadas a seguir, com entrada em vigor em 1º/7/2022:

- i) Instrução Normativa nº 268, de 1 de abril de 2022: define as rubricas contábeis do grupo Ativo Realizável;
- ii) Instrução Normativa nº 269, de 1 de abril de 2022: define as rubricas contábeis do grupo Ativo Permanente;
- iii) Instrução Normativa nº 270, de 1 de abril de 2022: define as rubricas contábeis do grupo Compensação Ativa;
- iv) Instrução Normativa nº 271, de 1 de abril de 2022: define as rubricas contábeis do grupo Passivo Exigível;
- v) Instrução Normativa nº 272, de 1 de abril de 2022: define as rubricas contábeis do grupo Patrimônio Líquido;
- vi) Instrução Normativa nº 273, de 1 de abril de 2022: define as rubricas contábeis do grupo Resultado Credor;
- vii) Instrução Normativa nº 274, de 1 de abril de 2022: define as rubricas contábeis do grupo Resultado Devedor;
- viii) Instrução Normativa nº 275, de 1 de abril de 2022: define as rubricas contábeis do grupo Compensação Passiva.

Resolução BCB nº 208, de 22 de março de 2022: a norma trata da remessa diária de informações ao Banco Central do Brasil referentes a poupança, volume financeiro das transações de pagamento realizadas no dia, Certificados de Depósito Bancário (CDBs), Recibos de Depósito Bancário (RDBs) e depósitos de aviso prévio de emissão própria e saldos contábeis de natureza ativa e passiva, tais como disponibilidades, depósitos, recursos disponíveis de clientes, entre outros. Entra em vigor em 1º de março de 2023.

Resolução CMN n.º 4.966, de 25 de novembro de 2021: a Resolução dispõe sobre os conceitos e os critérios contábeis aplicáveis a instrumentos financeiros, bem como para a designação e o reconhecimento das relações de proteção (contabilidade de hedge) pelas instituições financeiras e demais instituições autorizadas a funcionar pelo BCB, buscando reduzir as assimetrias das normas contábeis previstas no Cosif em relação aos padrões internacionais. Entra em vigor em 1º/1/2025, exceto para os itens citados na sessão anterior, cuja vigência começa em 1º/1/2022.



O Sicoob Central BA iniciou a avaliação dos impactos da adoção dos novos normativos. Eventuais impactos decorrentes da conclusão da avaliação serão considerados até a data de vigência de cada normativo.

2.2 Continuidade dos Negócios

A Administração avaliou a capacidade do Sicoob Central BA continuar operando normalmente e está convencida de que possui recursos suficientes para dar continuidade a seus negócios no futuro. Dessa forma, estas demonstrações contábeis foram preparadas com base no pressuposto de continuidade operacional.

Mesmo com o ineditismo da situação da pandemia provocada pelo coronavírus, tendo em vista a experiência do Sicoob Central BA no gerenciamento e monitoramento de riscos, capital e liquidez, com o auxílio das estruturas centralizadas do Sicoob, bem como as informações existentes no momento dessa avaliação, não foram identificados indícios de quaisquer eventos que possam interromper suas operações em um futuro previsível.

O Sicoob Central BA contribui de forma responsável e atende a todos os protocolos de segurança a fim de evitar a propagação do Coronavírus, seguindo as recomendações e orientações do Ministério da Saúde, e adotando alternativas que auxiliam no cumprimento da nossa missão.

3. Resumo das Principais Práticas Contábeis

a) Apuração do Resultado

Os ingressos/receitas e os dispêndios/despesas são registrados de acordo com o regime de competência.

As receitas com prestação de serviços, típicas do sistema financeiro, são reconhecidas quando da prestação de serviços ao associado ou a terceiros.

Os dispêndios e as despesas e os ingressos e receitas operacionais, são proporcionalizados de acordo com os montantes do ingresso bruto de ato cooperativo e da receita bruta de ato não-cooperativo, quando não identificados com cada atividade.

De acordo com a Lei nº 5.764/71, o resultado é segregado em atos cooperativos, aqueles praticados entre as cooperativas e seus associados, ou cooperativas entre si, para o cumprimento de seus objetivos estatutários, e os atos não cooperativos aqueles que importam em operações com terceiros não associados.

b) Estimativas Contábeis

Na elaboração das demonstrações contábeis, faz-se necessário utilizar estimativas para determinar o valor de certos ativos, passivos e outras transações considerando a melhor informação disponível. Incluem, portanto, estimativas referentes à provisão para créditos de liquidação duvidosa, à vida útil dos bens do ativo imobilizado, provisões para causas judiciais, entre outras. Os resultados reais podem apresentar variação em relação às estimativas utilizadas.

c) Caixa e Equivalentes de Caixa

Composto pelas disponibilidades e por aplicações financeiras de curto prazo, de alta liquidez, com risco insignificante de mudança de valores e limites e, com prazo de vencimento igual ou inferior a 90 dias, a contar da data de aquisição.

d) Aplicações Interfinanceiras de Liquidez

Representam operações a preços fixos referentes às compras de títulos com compromisso de revenda e aplicações em depósitos interfinanceiros, e estão demonstradas pelo valor de resgate, líquidas dos rendimentos a apropriar correspondentes a períodos futuros.

e) Títulos e Valores Mobiliários

A carteira está composta por títulos de renda fixa, os quais são apresentados pelo custo acrescido dos rendimentos auferidos até a data do Balanço, ajustados aos respectivos valores de mercado, como aplicável.

f) Operações de Crédito

As operações de crédito são pós-fixadas e calculadas por critério “pro rata temporis”, com base na variação dos respectivos indexadores pactuados.

g) Provisão para Perdas Associadas ao Risco de Crédito

Constituída em montante julgado suficiente pela Administração para cobrir eventuais perdas na realização dos valores a receber, levando-se em consideração a análise das operações em aberto, as garantias existentes, a experiência passada, a capacidade de pagamento e liquidez do tomador do crédito e os riscos específicos apresentados em cada operação, além da conjuntura econômica.

As Resoluções CMN nº 2.697/2000 e 2.682/1999 estabeleceram os critérios para classificação das operações de crédito, definindo regras para a constituição da provisão para operações de crédito, as quais estabelecem nove níveis de risco, de AA (risco mínimo) a H (risco máximo). As operações classificadas como nível “H” permanecem nessa classificação por seis meses, quando são baixadas contra a provisão existente e controladas em contas de compensação por, no mínimo, cinco anos e enquanto não forem esgotados todos os procedimentos para cobrança, não mais figurando no Balanço Patrimonial.

h) Depósitos em Garantia

Existem situações em que o Sicoob Central BA questiona a legitimidade de determinados passivos ou ações em que figura como polo passivo. Por conta desses questionamentos, por ordem judicial ou por estratégia da própria administração, os valores em questão podem ser depositados em juízo, sem que haja a caracterização da liquidação do passivo.

i) Investimentos

Representados substancialmente por ações do Banco Sicoob, avaliadas pelo método de equivalência patrimonial. O Acordo das Cooperativas Centrais Filiadas ao Sicoob Confederação e dos Acionistas do banco, firmado em 11/02/2020, estabeleceu direito a voto nas reuniões, passando, assim, a configurar influência significativa das centrais na administração do Banco Sicoob.

j) Imobilizado de Uso

Equipamentos de processamento de dados, móveis, utensílios e outros equipamentos, instalações, edificações, veículos e benfeitorias em imóveis de terceiros são demonstrados pelo custo de aquisição, deduzido da depreciação acumulada. Nos termos da Resolução CMN nº 4.535/2016, as depreciações são calculadas pelo método linear, com base em taxas determinadas pelo prazo de vida útil estimado dos bens.



k) Intangível

Correspondem aos direitos adquiridos que tenham por objeto bens incorpóreos destinados à manutenção da Central ou exercidos com essa finalidade, deduzidos da amortização acumulada. Nos termos da Resolução CMN nº 4.534/2016, as amortizações são calculadas pelo método linear, com base em taxas determinadas pelo prazo de vida útil estimado dos bens.

l) Ativos Contingentes

Não são reconhecidos contabilmente, exceto quando a Administração possui total controle da situação ou quando há garantias reais ou decisões judiciais favoráveis sobre as quais não cabem mais recursos contrários, caracterizando o ganho como praticamente certo. Os ativos contingentes com probabilidade de êxito provável, quando aplicável, são apenas divulgados em notas explicativas às demonstrações contábeis.

m) Obrigações por Empréstimos e Repasses

As obrigações por empréstimos e repasses são reconhecidas inicialmente no recebimento dos recursos, líquidos dos custos da transação. Em seguida, os saldos dos empréstimos tomados são acrescidos de encargos e juros proporcionais ao período incorrido (*“pro rata temporis”*), assim como das despesas a apropriar referentes aos encargos contratados até o fim do contrato, quando calculáveis.

n) Depósitos e Recursos de Aceite e Emissão de Títulos

Os depósitos e os recursos de aceite e emissão de títulos são demonstrados pelos valores das exigibilidades e consideram, quando aplicáveis, os encargos exigíveis até a data do balanço, reconhecidos em base *pro rata die*.

o) Relações Interfinanceiras – Centralização Financeira

Referem-se à centralização financeira das disponibilidades líquidas das cooperativas filiadas, depositadas junto ao Sicoob Central BA conforme determinado no artigo 3, da Resolução CMN nº 4.677/2018.

p) Outros Ativos

São registrados pelo regime de competência, apresentados ao valor de custo ou de realização, incluindo, quando aplicável, os rendimentos e as variações monetárias auferidas, até a data do balanço.

q) Outros Passivos

Os demais passivos são demonstrados pelos valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos e das variações monetárias incorridos.

r) Provisões

São reconhecidas quando há uma obrigação presente legal ou implícita como resultado de eventos passados, sendo provável que um recurso econômico seja requerido para saldar uma obrigação legal. As provisões são registradas tendo como base as melhores estimativas do risco envolvido.

s) Provisões para Demandas Judiciais e Passivos Contingentes

São reconhecidos contabilmente quando, com base na opinião de assessores jurídicos, for considerado provável o risco de perda de uma ação judicial ou administrativa, gerando uma provável saída no futuro de recursos para a liquidação das ações, e quando os montantes envolvidos forem mensurados com suficiente segurança. As ações com chance de perda possível são apenas divulgadas em nota explicativa às demonstrações contábeis, e as ações com chance remota de perda não são divulgadas.

t) Obrigações Legais

São aquelas que decorrem de um contrato por meio de termos explícitos ou implícitos, de uma lei ou um outro instrumento fundamentado em lei, que a Central tem por diretriz.

u) Imposto de Renda e Contribuição Social

O imposto de renda e a contribuição social sobre o lucro têm incidência sobre os atos não cooperativos, situação prevista no caput do art. 194 do Decreto 9.580/2018 (RIR2018). Entretanto, o resultado apurado em operações realizadas com as cooperativas não tem incidência de tributação, sendo essa expressamente prevista no caput do art. 193 do mesmo normativo.

v) Segregação em Circulante e Não Circulante

No Balanço Patrimonial, os ativos e passivos são apresentados por ordem de liquidez. Em Notas Explicativas, os valores realizáveis e exigíveis com prazos inferiores a doze meses após a data-base do balanço estão classificados no curto prazo (circulante), e os prazos superiores, no longo prazo (não circulante).

w) Valor Recuperável de Ativos – Impairment

A redução do valor recuperável dos ativos não financeiros (impairment) é reconhecida como perda, quando o valor de contabilização de um ativo – exceto outros valores e bens – for maior do que o seu valor recuperável ou de realização. As perdas por “impairment”, quando aplicáveis, são registradas no resultado do período em que foram identificadas.

Em 30 de junho de 2022, não existiam indícios da necessidade de redução do valor recuperável dos ativos não financeiros.

x) Resultados Recorrentes e Não Recorrentes

Conforme definido pela Resolução BCB nº 2/2020, os resultados recorrentes são aqueles que estão relacionados com as atividades características do Sicoob Central BA, ocorridas com frequência no presente e previstas para ocorrer no futuro; enquanto os resultados não recorrentes são aqueles decorrentes de um evento extraordinário e/ou imprevisível, com a tendência de não se repetir no futuro.

y) Eventos Subsequentes

Correspondem aos eventos ocorridos entre a data-base das demonstrações contábeis e a data de autorização para a sua emissão. São compostos por:



- Eventos que originam ajustes: evidenciam condições que já existiam na data-base das demonstrações contábeis; e
- Eventos que não originam ajustes: evidenciam condições que não existiam na data-base das demonstrações contábeis.

Não houve qualquer evento subsequente para as demonstrações contábeis encerradas em 30 de junho de 2022.

4. Caixa e Equivalente de Caixa

O caixa e os equivalentes de caixa, apresentados na demonstração dos fluxos de caixa, estão constituídos por:

Descrição	30/06/2022	31/12/2021
Disponibilidades	2.157.939,81	139.175,26
TOTAL	2.157.939,81	139.175,26

5. Aplicações Interfinanceiras de Liquidez

Em 30 de junho de 2022 e 31 de dezembro de 2021, as aplicações interfinanceiras de liquidez estavam assim compostas:

Descrição	30/06/2022		31/12/2021	
	Circulante	Não Circulante	Circulante	Não Circulante
Ligadas	471.250.100,58	43.605.827,88	392.312.813,25	34.548.483,61
Ligadas Com Garantia	926.603,16	4.179.362,50	37.544,51	1.197.432,12
TOTAL	472.176.703,74	47.785.190,38	392.350.357,76	35.745.915,73

- As taxas de remuneração dessas aplicações estão no intervalo entre 98% e 108% do Certificado de Depósito Bancário – CDI.

Os rendimentos auferidos com aplicações interfinanceiras de liquidez, nos períodos findos em 30 de junho de 2022 e 2021, registrados em contrapartida à receita de “Rendas de Aplicações Interfinanceiras de Liquidez”, foram, respectivamente:

Descrição	30/06/2022	30/06/2021
Rendas de Aplicações Interfinanceiras de Liquidez	24.514.636,18	5.520.137,43

6. Títulos e Valores Mobiliários

Em 30 de junho de 2022 e 31 de dezembro de 2021, as aplicações em Títulos e Valores Mobiliários estavam assim compostas:

Descrição	30/06/2022		31/12/2021	
	Circulante	Não Circulante	Circulante	Não Circulante
Títulos de Renda Fixa (a)	3.930.403,29	76.172.751,93	-	75.937.745,18
Cotas de Fundo de Curto Prazo (b)	26.070.728,35		24.012.298,72	
Cotas de Fundo de Renda Fixa (c)	69.059.976,11	-	65.119.152,64	-
TOTAL	99.061.107,75	76.172.751,93	89.131.451,36	75.937.745,18

(a) A taxa de remuneração dessas aplicações é 100% da Selic.

b) O Fundo Sicoob Liquidez Master Firf. Cred. Privado, tem por objetivo garantir a movimentação diária das cooperativas filiadas em conta mantida junto ao Banco Sicoob, com rentabilidade entre 95% e 98% do CDI.

(c) O Fundo Sicoob Institucional de Renda Fixa Crédito Privado é destinado exclusivamente para as entidades que integram o Conglomerado Banco Sicoob, com rentabilidade esperada acima de 100% do CDI, conforme regulamento. O Sicoob Central BA passou a aplicar nesse fundo em junho de 2018.

A administração dos Fundos é realizada pelo Bancoob DTVM.

Os rendimentos auferidos com Títulos e Valores Mobiliários nos períodos findos em 30 de junho de 2022 e 2021, registrados em contrapartida à receita de “Rendas de Títulos de Renda Fixa”, foram:

Descrição	30/06/2022	30/06/2021
Rendas de Títulos de Renda Fixa	4.165.410,04	845.857,20
Rendas de Aplicações em Fundos de Investimento	4.831.936,78	1.323.533,13
(-) Prejuízos com Títulos de Renda Fixa	-	(34.981,71)
TOTAL	8.997.346,82	2.134.408,62

7. Operações de Crédito

a) Composição da carteira de crédito por modalidade:

Descrição	30/06/2022			31/12/2021		
	Circulante	Não Circulante	Total	Circulante	Não Circulante	Total
Empréstimos – Capital de Giro	12.312.317,71	13.413.542,72	25.725.860,43	16.029.945,46	14.133.042,55	30.162.988,01
Total de Operações de Crédito	12.312.317,71	13.413.542,72	25.725.860,43	16.029.945,46	14.133.042,55	30.162.988,01
(-) Provisões para Operações de Crédito	(126.839,38)	(88.243,73)	(215.083,11)	(107.608,31)	(75.036,05)	(182.644,36)
TOTAL	12.185.478,33	13.325.298,99	25.510.777,32	15.922.337,15	14.058.006,50	29.980.343,65



b) Composição por tipo de operação e classificação por nível de risco de acordo com a Resolução CMN nº 2.682/1999:

Nível / Percentual de Risco / Situação	Empréstimo	Total em 30/06/2022	Provisões 30/06/2022	Total em 31/12/2021	Provisões 31/12/2021
A 0,5% Normal	16.183.726,03	16.183.726,03	(80.918,63)	23.797.106,75	(118.985,53)
B 1% Normal	7.604.977,21	7.604.977,21	(76.049,77)	4.890.907,24	(48.909,07)
B 1% Vencidas	-	-	-	1.474.974,02	(14.749,76)
C 3% Normal	1.937.157,19	1.937.157,19	(58.114,71)	-	-
Total Normal	25.725.860,43	25.725.860,43	(215.083,12)	28.688.013,99	(167.894,60)
Total Vencidos	-	-	-	1.474.974,02	(14.749,76)
Total Geral	25.725.860,43	25.725.860,43	(215.083,12)	30.162.988,01	(182.644,36)
Provisões	(215.083,11)	(215.083,11)		(182.644,36)	
Total Líquido	25.510.777,32	25.510.777,32		29.980.343,65	

c) Composição da carteira de crédito por faixa de vencimento (em dias):

Tipo	Até 90	De 91 a 360	Acima de 360	Total
Empréstimos	3.594.192,95	8.718.124,76	13.413.542,72	25.725.860,43
TOTAL	3.594.192,95	8.718.124,76	13.413.542,72	25.725.860,43

d) Composição da carteira de crédito por tipo de produto, cliente e atividade econômica:

Descrição	Empréstimos	30/06/2022	% da Carteira
Outros	25.725.860,43	25.725.860,43	100,00%
TOTAL	25.725.860,43	25.725.860,43	100,00%

e) Movimentação da provisão para créditos de liquidação duvidosa de operações de crédito:

Descrição	30/06/2022	31/12/2021
Saldo inicial	(182.644,36)	(113.826,09)
Constituições/Reversões no período	(32.438,75)	(68.818,27)
Saldo Final	(215.083,11)	(182.644,36)

f) Concentração dos Principais Devedores:

Descrição	30/06/2022	% Carteira Total	31/12/2021	% Carteira Total
Maior Devedor	7.604.977,24	30%	7.753.732,45	26%
10 Maiores Devedores	25.725.860,43	100%	30.162.988,01	100%

g) Movimentação de Créditos Baixados Como Prejuízo:

Descrição	30/06/2022	31/12/2021
Saldo	5.711.624,70	5.711.624,70
TOTAL	5.711.624,70	5.711.624,70

8. Outros Ativos Financeiros

Em 30 de junho de 2022 e 31 de dezembro de 2021, os outros ativos financeiros, compostos por valores referentes às importâncias devidas à Cooperativa por pessoas físicas ou jurídicas domiciliadas no país, estavam assim compostos:

Descrição	30/06/2022		31/12/2021	
	Circulante	Não Circulante	Circulante	Não Circulante
Devedores por Depósitos em Garantia	40.229,52	6.360,56	-	6.360,56
TOTAL	40.229,52	6.360,56		6.360,56

Trata-se de depósitos judiciais relativos a processos junto à Receita Federal em virtude de falha no envio de DCTF's e bloqueios judiciais indevidos.

9. Ativos Fiscais, Correntes e Diferidos

Em 30 de junho de 2022 e 31 de dezembro de 2021, os ativos fiscais, correntes e diferidos estavam assim compostos no Não Circulante:

Descrição	30/06/2022	31/12/2021
Impostos e Contribuições a Compensar	10.202,63	2.497,43
TOTAL	10.202,63	2.497,43

10. Outros Ativos

Em 30 de junho de 2022 e 31 de dezembro 2021, os outros ativos estavam assim compostos:

Descrição	30/06/2022		31/12/2021	
	Circulante	Não Circulante	Circulante	Não Circulante
Adiantamentos e Antecipações Salariais	70.792,04	-	42.247,84	-
Adiantamentos para Pagamentos de Nossa Conta	86.114,09	-	82.765,12	-
Pagamentos a Ressarcir	14.029,54	-	3.173,52	-
Devedores Diversos – País (a)	711.570,43	502.392,34	636.271,35	502.392,34
Material em Estoque	24.551,12	-	27.071,12	-
Ativos não Financ Mantidos para Venda – Recebidos (b)	-	300.432,69	-	300.432,69
(-) Prov Desv Ativos não Finc Mantidos para Venda - Rec.(c)	-	(300.432,69)	-	(300.432,69)
Despesas Antecipadas (d)	152.567,92	-	46.321,43	-
Sem Característica de Concessão de Crédito	-	(502.392,34)	-	(502.392,34)
TOTAL	1.059.625,14	-	837.850,38	-



(a) Referem-se à participação no fundo de gestão de bens constituído conforme deliberação da AGO 2016 do Sicoob Confederação (R\$502.392,34), que está totalmente provisionado, e da apropriação do rateio das despesas administrativas de junho de 2022, custeado pelas filiadas ao Sicoob Central BA (R\$711.570,43).

(b) O valor é referente a 02 (duas) fazendas recebidas da Cooperativa de Crédito Rural do Oeste Ltda. como pagamento de dívida líquida, certa e vencida em 20 de dezembro de 2005, decorrente de saldo devedor da conta corrente nº 4-3. Tais fazendas foram recebidas em janeiro de 2006 e estão à venda, tendo sido inclusive postas em leilão, sem êxito até o momento. Desta forma, foi constituída provisão neste montante em virtude da dificuldade de venda

(c) Refere-se às provisões constituídas com base em laudos atualizados de avaliação dos bens registrados em “Ativos Não Financeiros Mantidos para Venda – Recebidos”.

(d) Registram-se ainda no grupo, as despesas antecipadas, referentes aos prêmios de seguros, contribuição cooperativista e IPTU.

11. Investimentos

As ações do Banco Sicoob são avaliadas pelo Método da Equivalência Patrimonial. Em 30 de junho de 2022, o Sicoob Central BA possuía 2,00041% da participação acionária. As demais ações e cotas são avaliadas pelo custo de aquisição.

Descrição	30/06/2022	31/12/2021
Partic. Em Inst. Financ. Controlada Por Coop. Crédito	54.145.665,00	49.404.666,25
Part. Em Cooperativas, Exceto Coop. Central Crédito	8.672.071,18	8.672.071,18
Participação Em Emp. Cont. Por Coop. Central Crédito	12.500,00	12.500,00
TOTAL	62.830.236,18	58.089.237,43

12. Imobilizado de Uso

Demonstrado pelo custo de aquisição, menos depreciação acumulada. As depreciações são calculadas pelo método linear, com base em taxas determinadas pelo prazo de vida útil estimado conforme abaixo:

Descrição	Taxa Depreciação	30/06/2022	31/12/2021
Terrenos		48.000,00	48.000,00
Edificações	4%	686.265,17	686.265,17
Instalações	10%	42.113,55	42.113,55
Móveis e equipamentos de Uso	10%	295.995,78	277.490,06
Sistema de Processamento de Dados	20%	560.721,33	531.397,87
Sistema de Comunicação e Segurança	10%	61.190,47	61.738,53
Total de Imobilizado de Uso		1.694.286,30	1.647.005,18
(-) Depreciação Acum. Imóveis de Uso – Edificações		(267.791,20)	(254.065,90)
(-) Depreciação Acumulada de Instalações		(30.839,09)	(29.332,97)
(-) Depreciação Acum. Móveis e Equipamentos de Uso		(565.855,21)	(533.500,11)
Total de Depreciação de Imobilizado de Uso		(864.485,50)	(816.898,98)
TOTAL		829.800,80	830.106,20

13. Intangível

Demonstrado pelo custo de aquisição, menos amortização acumulada. As amortizações são calculadas pelo método linear, com base na taxa abaixo:

Descrição	Taxa Amortização	30/06/2022	31/12/2021
Sistemas De Processamento De Dados – Software	20%	242.698,63	242.698,63
(-) Amort. Acum. De Ativos Intangíveis		(168.143,83)	(159.289,09)
TOTAL		74.554,80	83.409,54

14. Depósitos

Em 30 de junho de 2022 e 31 de dezembro de 2021, os depósitos estavam assim compostos no Circulante:

Descrição	30/06/2022	31/12/2021
Depósito Sob Aviso	143.692,26	136.328,50
Depósito a Prazo	14.662.321,61	7.105.282,16
TOTAL	14.806.013,87	7.241.610,66

Valores pactuados para disponibilidade em prazos pré-estabelecidos, os quais recebem atualizações por encargos financeiros remuneratórios conforme a sua contratação pós-fixada. Suas remunerações pós-fixadas são calculadas com base no critério de “pro rata temporis”.

d) Despesas com operações de captação de mercado:

Descrição	30/06/2022	30/06/2021
Despesas de Depósitos de Aviso Prévio	(7.363,76)	(1.656,99)
Despesas de Depósitos a Prazo	(543.470,06)	(99.479,73)
TOTAL	(550.833,82)	(101.136,72)

15. Relações Interfinanceiras – Centralização Financeira - Cooperativas

A centralização financeira é composta pela transferência de recursos das cooperativas filiadas, sem prazo de resgate, para o Sicoob Central BA. De acordo com a Resolução 201 do Sicoob Central BA, a centralização financeira mínima é composta por 30% dos depósitos das cooperativas filiadas, podendo chegar a 20%.

A remuneração dos recursos mantidos na centralização financeira é em média 98% do CDI.

Descrição	30/06/2022	31/12/2021
Centralização Financeira – Cooperativas	675.129.585,34	588.239.510,27
TOTAL	675.129.585,34	588.239.510,27



a) Concentração dos principais depositantes e centralização financeira:

Descrição	30/06/2022	% Carteira Total	31/12/2021	% Carteira Total
Maior Depositante	225.994.282,83	33%	184.743.429,50	31%
10 Maiores Depositantes	689.935.599,21	100%	595.481.120,93	100%

16. Outros Passivos Financeiros

Os recursos de terceiros que estão com a Cooperativa são registrados nessa conta para posterior repasse, por sua ordem. Em 30 de junho de 2022 e 31 de dezembro de 2021, estavam assim compostos no Circulante:

Descrição	30/06/2022	31/12/2021
Obrigações por Aquisição de Bens e Direitos – Fornecedores	107.858,90	106.206,97
TOTAL	107.858,90	106.206,97

17. Instrumentos Financeiros

O Sicoob Central BA opera com diversos instrumentos financeiros, com destaque para disponibilidades, relações interfinanceiras, operações de crédito, depósitos à vista e a prazo, empréstimos e repasses.

Os instrumentos financeiros ativos e passivos estão registrados no balanço patrimonial a valores contábeis, os quais se aproximam dos valores justos.

Nos períodos findos em 30 de junho de 2022 e 31 de dezembro de 2021, o Sicoob Central BA não realizou operações envolvendo instrumentos financeiros derivativos.

18. Provisões

Em 30 de junho de 2022 e 31 de dezembro de 2021, o saldo de provisões estava assim composto no Não circulante:

Descrição	30/06/2022	31/12/2021
Provisão Para Contingências	138.659,50	135.638,17
TOTAL	138.659,50	135.638,17

O Sicoob Central BA está inscrito na Dívida Ativa da Procuradoria Geral da Fazenda Nacional devido a erros na confecção das DCTF's das competências de 2001 a 2003, débito objeto de execução fiscal. Por sugestão do Conselho Fiscal e aprovação do Conselho de Administração, essa dívida foi provisionada em sua totalidade (R\$ 6.360,56), obedecendo ao princípio contábil da prudência.

Trata-se de débitos de IRPJ - 1º e 2º trimestres de 2009 (R\$ 25.765,45 e R\$ 31.240,65 respectivamente) que se encontram em aberto devido ao não reconhecimento de direito creditório pleiteado pelo Sicoob Central BA e não homologação das compensações requeridas. Por sugestão da Gejur e aprovação da Diretoria Executiva, essa dívida foi provisionada em sua totalidade e está atualizada até junho de 2022.

É estabelecida considerando a avaliação dos consultores jurídicos quanto às chances de êxito em determinados questionamentos fiscais e trabalhistas em que o Sicoob Central BA é parte envolvida. Dessa forma, são constituídas as seguintes provisões:

Descrição	30/06/2022		31/12/2021	
	Provisão para Demandas Judiciais	Depósitos Judiciais	Provisão para Demandas Judiciais	Depósitos Judiciais
Outras Contingências	138.659,50	6.360,56	135.638,17	6.360,56
TOTAL	138.659,50	6.360,56	135.638,17	6.360,56

19. Obrigações Fiscais, Correntes e Diferidas

Em 30 de junho de 2022 e 31 de dezembro de 2021, o saldo de Obrigações Fiscais, Correntes e Diferidas estava assim composto no Circulante:

Descrição	30/06/2022	31/12/2021
Impostos e Contribuições sobre Lucros a Pagar (a)	31.387,78	61.794,23
Impostos e Contribuições s/ Serviços de Terceiros (b)	33.705,69	31.854,28
Impostos e Contribuições sobre Salários (c)	202.217,27	213.138,97
Outros (d)	2.644,91	4.471,60
TOTAL	269.955,65	311.259,08

(a) Trata-se de IRPJ a recolher (R\$ 15.693,89), CSLL a recolher (R\$ 15.693,89) apurados s/ atos não cooperativos.

(b) Trata-se de ISS a recolher (R\$ 3.654,60), INSS a recolher (R\$ 27.209,79), IRRF a recolher (R\$ 252,65), IRRF a recolher Pessoa Física (R\$ 1.464,58), PIS/COFINS/CSLL a recolher (R\$ 1.124,07).

(c) Trata-se de IRRF a recolher (R\$ 44.349,51), INSS a recolher (R\$ 124.003,12), FGTS a recolher (R\$ 29.998,44), PIS a recolher (R\$ 3.796,20) e Contribuição Sindical a recolher (R\$ 70,00).

(d) Trata-se de ISS s/ atos não cooperativos a recolher (R\$ 1.370,42), Pis s/ faturamento (R\$ 178,15) e Cofins s/ faturamento a recolher (R\$ 1.096,34).

20. Outros Passivos

20.1 Sociais e Estatutárias

Em 30 de junho de 2022 e 31 de dezembro de 2021, o saldo de outros passivos estava assim composto no Circulante:

Descrição	30/06/2022	31/12/2021
FATES - Resultado de Atos com Associados (a)	309.448,72	309.448,72
FATES - Resultado de Atos com Não Associados (a)	388.248,03	388.248,03
Dividendos e Bonificações a Pagar (b)	2.906.215,03	6.615,04
TOTAL	3.603.911,78	704.311,79



a) O Fundo de Assistência Técnica, Educacional e Social – FATES é destinado às atividades educacionais, à prestação de assistência aos cooperados, seus familiares e empregados do Sicoob Central BA, sendo constituído pelo resultado dos atos não cooperativos e por 5% das sobras líquidas do ato cooperativo, conforme determinação estatutária. A classificação desses valores em contas passivas segue determinação do Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional – Cosif. Atendendo à instrução do Bacen, por meio da Carta Circular nº 3.224/2006, o Fundo de Assistência Técnica, Educacional e Social – Fates é registrado como exigibilidade, e utilizado para absorver despesas para as quais se destina, conforme a Lei nº 5.764/1971.

A partir do exercício de 2021, a reversão dos dispêndios de Fates passou a ocorrer apenas no encerramento anual, após as destinações legais e estatutárias, de acordo com a Interpretação Técnica Geral (ITG) 2004 – Entidade Cooperativa e a revogação do texto original da NBC T 10.8.2.8.

(b) Provisão de juros ao capital próprio, conforme descrito na nota nº 22.

20.2 Provisão para Pagamentos a Efetuar

Descrição	30/06/2022	31/12/2021
Despesas de Pessoal (a)	884.257,99	603.914,21
Outras Despesas Administrativas (b)	31.252,88	71.089,38
TOTAL	915.510,87	675.003,59

(a) Despesas de Pessoal está composta por: Honorários (R\$28,44); Férias (R\$ 452.679,47), INSS sobre férias (R\$ 116.338,55), FGTS sobre férias (R\$ 36.123,96), PIS sobre férias (R\$ 4.526,79), 13º Salário (R\$ 169.761,55), INSS sobre 13º Salário (R\$ 43.628,74), FGTS sobre 13º Salário (R\$ 8.973,04), PIS sobre 13º Salário (R\$ 1.127,80) e Outros (R\$ 51.069,65).

(b) Outras Despesas Administrativas está composta por: Água/energia/gás (R\$ 4.096,62), Aluguéis (R\$ 1.387,50), Comunicações (R\$ 7.965,03), Processamento de dados (R\$ 1.400,12), Propaganda e Publicidade (R\$ 6.840,00), Promoções e Relações Públicas (R\$ 314,64) Manutenção e conservação de Bens (R\$ 182,80), Seguro (R\$ 3.222,13), Estagiários a pagar (R\$ 80,11), Outras despesas administrativas (R\$ 5.763,93).

20.3 Credores diversos

Descrição	30/06/2022	31/12/2021
Credores Diversos – País (a)	6.747.918,64	4.637.136,86
TOTAL	6.747.918,64	4.637.136,86

(a) Refere-se a: provisão para despesa sobre os depósitos intercooperativos, que corresponde a remuneração paga às cooperativas filiadas decorrentes dos recursos mantidos na reserva obrigatória de liquidez da centralização financeira (R\$ 6.585.095,96); créditos de terceiros (R\$ 545,02); provisões de despesas administrativas das filiadas (R\$ 120.559,02); recursos doados pela empresa DGRV – Confederação Alemã das Cooperativas, com saldo atualizado de R\$ 41.718,62, conforme Instrumento Particular de Constituição de Obrigações Decorrentes de Doação Condicional firmado entre a Sicoob Central BA e a DGRV.

21. Patrimônio líquido

21.1 Capital Social

O capital social é representado por cotas-partes no valor nominal de R\$ 1,00 cada e integralizado por suas cooperativas filiadas. De acordo com o Estatuto Social, cada filiada tem direito a um voto, independentemente do número de suas cotas-partes.

De acordo com o artigo 25, §2º do nosso Estatuto Social, semestralmente, é verificada a necessidade de aporte a fim de ajustar o capital da Sicoob Central BA, com base nos balanços encerrados nos meses de junho e dezembro.

Além da forma mencionada de capitalização, de acordo com a Resolução Sicoob Central BA nº 218/2021, mensalmente, a partir do mês de julho/2021, cada filiada ao Sicoob Central BA subscreve e integraliza ao seu capital social, valor correspondente a 0,0350% do total dos saldos captados de seus depósitos. De janeiro a junho/2021 o percentual aplicado foi de 0,0175%, de julho de 2021 a junho 2022 foi 0,0350%.

Descrição	30/06/2022	31/12/2021
Capital Social	56.122.139,45	51.767.853,20
Associados	10	10

21.2 Reservas de sobras

21.2.1 Reserva Legal

Representada pelas destinações estatutárias das sobras apuradas com atos cooperativos no final do exercício, no percentual de 30% (trinta por cento), conforme determina o Artigo 34, inciso I, do Estatuto Social é utilizada para reparar perdas e atender ao desenvolvimento de suas atividades.

Descrição	30/06/2022	31/12/2021
Reserva Legal	8.464.466,55	8.464.466,55
TOTAL	8.464.466,55	8.464.466,55

21.2.2 Reserva para Expansão

21.2.2.1 Fundo Micro finanças

Em 02 de março de 2018, foi realizada a doação condicional dos recursos mantidos no Fundo de Desenvolvimento, celebrado entre DGRV e Sicoob Central BA, com objetivo de estabelecer parceria entre as partes bem como a fixação de suas atribuições específicas, com a finalidade de fortalecer o Sicoob Central BA e suas filiadas, com vigência até final dos recursos com no mínimo de 4 (quatro) anos e máximo de 6 (seis) anos a contar da data de assinatura.

Para esta reserva são destinados integralmente, em cada exercício, os rendimentos líquidos auferidos com as aplicações dos recursos da DGRV. Por outro lado, a realização da reserva ocorre também, em cada exercício, pelo custeio das despesas relacionadas ao desenvolvimento das ações previstas na parceria.



Descrição	30/06/2022	31/12/2021
Saldo Inicial	125.214,75	185.005,66
Reversão de Reserva para Expansão	-	(82.529,11)
Destinação valor dos rendimentos oriundos aplicações DGRV	-	22.738,20
Saldo Final	125.214,75	125.214,75

21.2.2.2 Fundo Instituto Sicoob

Em 26 de abril de 2019, foi deliberado pela Assembleia Geral Extraordinária e Ordinária a criação do Fundo de Custeio Instituto Sicoob do Sicoob Central BA.

O Fundo tem como objetivo apoiar as ações sistêmicas do Instituto Sicoob nas cooperativas do Sicoob na BA, que visam contribuir para o desenvolvimento sustentável das comunidades onde atuam.

Para o Fundo é destinado integralmente o valor resultante da contribuição mensal das filiadas em 0,0005% (cinco décimos de milésimo por cento) do total de seus depósitos. Por outro lado, a realização do fundo ocorre também, em cada exercício, pelo custeio das despesas relacionadas as ações de divulgação, promoção, bem como investimentos do Instituto Sicoob.

Descrição	30/06/2022	31/12/2021
Saldo Inicial	1.063.399,00	935.136,18
Constituição da Reserva para Expansão	-	688.854,51
Utilização da Reserva (custos com ações do Instituto Sicoob)	-	(560.591,69)
Saldo Final	1.063.399,00	1.063.399,00

21.2.3 Reserva de Sobras a Realizar

Esta reserva foi constituída entre 2008 e 2018 pelo resultado líquido positivo calculado, em cada exercício social, pela Equivalência Patrimonial – MEP da participação do Sicoob Central BA junto ao Banco Sicoob. Conforme definição estatutária, não haverá mais destinação ao fundo com o resultado do MEP.

Descrição	30/06/2022
Saldo até 30 de junho de 2022	18.706.234,73

21.3 Outros Resultados Abrangentes

Outros resultados abrangentes referem-se a receitas e despesas reconhecidas diretamente no patrimônio líquido, conforme regulamentação em vigor.

O Sicoob Central BA realizou a avaliação e ajuste de investimentos em participações no Banco Sicoob pelo método de equivalência patrimonial, bem como registrou como outros resultados abrangentes, a partir do exercício de 2021, as alterações decorrentes de valores reconhecidos diretamente no patrimônio líquido desse banco, sem efeitos sobre o resultado.

Descrição	30/06/2022	31/12/2021
Ajustes de Avaliação Patrimonial	(427.930,40)	(609.183,31)

21.4 Sobras ou Perdas Acumuladas

O saldo final dessa rubrica representa as sobras líquidas referente ao 1º semestre de 2022 que após as deduções legais e estatutárias ficará à disposição da assembleia geral. Segue sua movimentação:

Descrição	30/06/2022	31/12/2021
Sobras ou Perdas Acumuladas	1.942.541,93	1.565.792,54

22. Juros ao Capital Próprio

O Sicoob Central BA provisionou juros ao capital próprio no total de R\$ 2.906.215,03 com taxa de 100% da Selic, com o objetivo de remunerar o capital das cooperativas filiadas. Os critérios para a provisão obedeceram à Lei Complementar 130, artigo 7º, de 17 de abril de 2009. A remuneração é limitada ao valor da taxa referencial do Sistema Especial de Liquidação e de Custódia – Selic.

A referida provisão foi demonstrada na Demonstração de Sobras ou Perdas – DSP e na Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido – DMPL, conforme Circular Bacen nº 2.739/97.

23. Ingressos e Receitas da Intermediação Financeira

Descrição	30/06/2022	30/06/2021
Rendas de Empréstimos	1.497.189,93	462.346,23
Resultado de Aplic. Interfinanceiras	24.514.636,18	5.520.137,43
Resultado de Op. c/ Títulos Imobiliários	8.997.346,82	2.134.408,62
TOTAL	35.099.172,93	8.116.892,28

24. Dispêndios e Despesas da Intermediação Financeira

Descrição	30/06/2022	30/06/2021
Despesas De Captação	(550.833,82)	(101.136,72)
Dispêndios de Depósitos Intercooperativos	(31.726.217,80)	(7.095.485,04)
Reversões de Provisões para Operações de Crédito	66.077,51	31.130,78
Provisões para Operações de Crédito	(98.516,26)	(105.665,44)
TOTAL	(32.309.490,37)	(7.271.156,42)

25. Ingressos e Receitas de Prestação de Serviços

Descrição	30/06/2022	30/06/2021
Rendas de Outros Serviços	204.211,55	223.996,12
TOTAL	204.211,55	223.996,12



26. Dispêndios e Despesas de Pessoal

Descrição	30/06/2022	30/06/2021
Despesas de Honorários - Conselho Fiscal	(35.013,36)	(25.320,96)
Despesas de Honorários - Diretoria e Conselho de Administração	(569.463,03)	(498.544,21)
Despesas de Pessoal – Benefícios	(1.005.837,74)	(861.014,81)
Despesas de Pessoal - Encargos Sociais	(877.024,38)	(728.337,04)
Despesas de Pessoal – Proventos	(2.306.407,08)	(1.926.275,77)
Despesas de Pessoal – Treinamento	(69.804,74)	(10.842,73)
Despesas de Remuneração de Estagiários	(12.416,95)	(8.581,04)
TOTAL	(4.875.967,28)	(4.058.916,56)

27. Outros Dispêndios e Despesas Administrativas

Descrição	30/06/2022	30/06/2021
Despesas de Água, Energia e Gás	(26.823,23)	(25.736,79)
Despesas de Aluguéis	(65.017,76)	(62.562,28)
Despesas de Comunicações	(38.871,90)	(41.781,69)
Despesas de Manutenção e Conservação de Bens	(14.265,12)	(4.760,26)
Despesas de Material	(3.699,93)	(3.403,98)
Despesas de Processamento de Dados	(125.892,35)	(111.222,65)
Despesas de Promoções e Relações Públicas	(198.500,82)	(106.366,90)
Despesas de Propaganda e Publicidade	(553.044,99)	(9.259,98)
Despesas de Publicações	(7.260,00)	(6.560,00)
Despesas de Seguros	(7.916,61)	(8.325,39)
Despesas de Serviços do Sistema Financeiro	(61.492,74)	(65.081,29)
Despesas de Serviços de Terceiros	(89.167,35)	(86.011,63)
Despesas de Serviços Técnicos Especializados	(35.408,36)	(22.589,44)
Despesas de Transporte	(12.415,72)	(13.495,58)
Despesas de Viagem ao Exterior	(15.690,00)	-
Despesas de Viagem no País	(113.017,20)	(52.486,07)
Despesas de Amortização	(8.854,74)	(7.588,03)
Despesas de Depreciação	(63.802,60)	(55.063,15)
Outras Despesas Administrativas	(1.007.750,65)	(862.347,83)
TOTAL	(2.448.892,07)	(1.544.642,94)

28. Dispendios e Despesas Tributárias

Descrição	30/06/2022	30/06/2021
Despesas Tributárias	(26.102,94)	(19.864,11)
Desp. Impostos s/ Serviços – ISS	(10.151,65)	(11.199,80)
Despesas de Contribuição ao COFINS	(8.121,35)	(8.959,84)
Despesas de Contribuição ao PIS/PASEP	(23.792,72)	(19.956,60)
TOTAL	(68.168,66)	(59.980,35)

29. Resultado de Participação em Coligadas e Controladas

O Sicoob Central BA possui ações do Banco Sicoob e, por exercer influência na administração daquela da instituição, efetua a Equivalência Patrimonial dessa participação.

A equivalência patrimonial é o método que consiste em atualizar o valor contábil do investimento ao valor equivalente à participação societária da sociedade investidora no patrimônio líquido da sociedade investida, e no reconhecimento dos seus efeitos na demonstração do resultado do exercício.

O valor do investimento, portanto, é determinado mediante a aplicação da porcentagem de participação no capital social sobre o patrimônio líquido do anco.

Para efetuar o cálculo da Equivalência Patrimonial – MEP, utiliza-se o patrimônio líquido do Banco Sicoob do mês anterior ao da competência do Sicoob Central BA.

Descrição	30/06/2022	30/06/2021
Resultado de Participações em Coligadas e Controladas	4.558.587,83	1.979.048,06
TOTAL	4.558.587,83	1.979.048,06

30. Outros Ingressos e Receitas Operacionais

Descrição	30/06/2022	30/06/2021
Recuperação de Encargos e Despesas	13.921,80	17.783,31
Deduções e Abatimentos	7.049,91	11.651,06
Rateio de despesas da central entre filiadas	3.997.117,17	4.471.874,30
Outras rendas operacionais (a)	824.580,79	364.414,02
TOTAL	4.842.669,67	4.865.722,69

(a) O aumento refere-se aos valores debitados das filiadas para o Fundo de Marketing iniciado em 2022.



31. Outros Dispêndios e Despesas Operacionais

Descrição	30/06/2022	30/06/2021
Outras Despesas Operacionais	(64,52)	(18.007,93)
Perdas - Danos a Ativos Físicos	(1.156,02)	-
Perdas - Falhas de Gerenciamento	(4.338,60)	-
Dispêndios de Assistência Técnica, Educacional e Social	(23.398,40)	-
TOTAL	(28.957,54)	(18.007,93)

32. Despesas com Provisões

Descrição	30/06/2022	30/06/2021
Provisões/Reversões para Contingências	(3.021,33)	(723,97)
Provisões para Contingências	(3.021,33)	(723,97)
TOTAL	(3.021,33)	(723,97)

33. Resultado Não Recorrente

Com base na aplicação da premissa contábil adotada, conforme a definição da Resolução BCB nº 2/2020, e nos critérios internos complementares a este normativo, não houve registros referentes a resultado não recorrente no 1º semestre de 2022.

34. Partes Relacionadas

São consideradas partes relacionadas, para fins de Demonstrativos Contábeis e Notas Explicativas, as pessoas físicas que têm autoridade e responsabilidade de planejar, dirigir e controlar as atividades do Sicoob Central BA e membros próximos da família de tais pessoas, conforme a Resolução CMN nº 4.693/2018.

As operações são realizadas no contexto das atividades operacionais do Sicoob Central BA e de suas atribuições, estabelecidas em regulamentação específica.

As operações com tais partes relacionadas caracterizam-se basicamente por transações financeiras em regime normal de operações, com a observância irrestrita das limitações impostas pelas normas do Banco Central, tais como movimentação de contas correntes, aplicações e resgates de RDC e operações de crédito. As garantias oferecidas em razão das operações de crédito são: avais, garantias hipotecárias, caução e alienação fiduciária.

a) Montante das operações ativas e passivas realizadas no 1º semestre de 2022:

Nos quadros a seguir são apresentados os saldos de operações ativas liberadas e de operações passivas captadas:

Montante das Operações Ativas	Valores	% em Relação à Carteira Total	Provisão de Risco
P.R. – Vínculo de Grupo Econômico	1.880.489,34	31,45%	38.804,89
P.R. – Sem vínculo de Grupo Econômico	4.100.000,00	68,55%	20.500,00
TOTAL	5.980.489,34	100%	59.304,89
Montante das Operações Passivas	5.523.550,69	78,35%	

PERCENTUAL EM RELAÇÃO À CARTEIRA GERAL MOVIMENTAÇÃO NO EXERCÍCIO DE 30/06/2022

Empréstimos e Financiamentos	100%
Aplicações Financeiras	78,33%

b) Operações ativas e passivas:

Nos quadros a seguir são apresentados os saldos das operações ativas e passivas atualizados em 30/06/2022:

Natureza da Operação de Crédito	Valor da Operação de Crédito	PCLD (Provisão para Crédito de Liquidação Duvidosa)	% da Operação de Crédito em Relação à Carteira Total
Empréstimos	19.176.221,82	182.334,93	74,54%

Natureza dos Depósitos	Valor do Depósito	% em Relação a Carteira Total	Taxa Média - %
Depósitos a Prazo	11.973.640,51	80,87%	1,02%

c) Foram realizadas transações com partes relacionadas, na forma de: depósito a prazo e empréstimos, à taxa/remuneração relacionada no quadro abaixo, por modalidade:

Natureza das Operações Ativas e Passivas	Taxas Média Aplicadas em Relação às Partes Relacionadas a.m.	Prazo médio (m)
Empréstimos	101% CDI	39
Aplicação Financeira - Pós Fixada (% CDI)	100,58%	61

Conforme a Política de Crédito do Sistema Sicoob, as operações realizadas com membros de órgãos estatutários e pessoas ligadas a eles são aprovadas em âmbito do Conselho da Administração ou, quando delegado formalmente, pela Diretoria Executiva, bem como são alvo de acompanhamento especial pela administração da Cooperativa. As taxas aplicadas seguem o normativo vigente à época da concessão da operação.

d) As garantias oferecidas pelas partes relacionadas em razão das operações de crédito são: avais, garantias hipotecárias, caução e alienação fiduciária.

Natureza da Operação de Crédito	Garantias Prestadas
Empréstimos	33.122.711,91



e) No 1º semestre de 2022, os benefícios monetários destinados às partes relacionadas foram:

BENEFÍCIOS MONETÁRIOS NOEXERCÍCIO DE 30/06/2022 (R\$)		
Descrição	30/06/2022	30/06/2021
INSS Diretoria/Conselheiros	(120.895,22)	(103.308,97)
Honorários - Diretoria e Conselho de Administração	(569.463,03)	(498.544,21)
Plano de Saúde	(22.087,26)	(35.363,16)
Previdência Complementar	(40.276,86)	(17.592,78)
Alimentação	(11.868,00)	(10.548,00)
Seguro de Vida	(1.397,16)	(1.249,02)
Outros	(59,88)	(59,88)
Telefonia	(305,82)	(305,82)
TOTAL	(766.353,23)	(666.971,84)

f) O Capital Social apresentado pela Cooperativa a partes relacionadas foi:

30/06/2022	31/12/2021
45.721.508,82	42.059.082,92

35. Gerenciamento de Risco

A estrutura de gerenciamento de riscos do Sicoob é realizada de forma centralizada pelo Centro Cooperativo Sicoob (CCS), com base nas políticas, estratégias, nos processos e limites, buscando identificar, mensurar, avaliar, monitorar, reportar, controlar e mitigar os riscos inerentes às suas atividades.

A Política Institucional de Gestão Integrada de Riscos e a Política Institucional de Gerenciamento de Capital, bem como as diretrizes de gerenciamento de riscos e de capital, são aprovadas pelo Conselho de Administração do CCS.

O gerenciamento integrado de riscos abrange, no mínimo, riscos de crédito, mercado, variação das taxas de juros, liquidez, operacional, socioambiental e gestão de continuidade de negócios e assegura, de forma contínua e integrada, que os riscos sejam administrados de acordo com os níveis definidos na Declaração de Apetite por Riscos (RAS).

O processo de gerenciamento de riscos é segregado e a estrutura organizacional envolvida garante especialização, representação e racionalidade, existindo a adequada disseminação de informações e do fortalecimento da cultura de gerenciamento de riscos no Sicoob.

São adotados procedimentos para o reporte tempestivo aos órgãos de governança, de informações em situação de normalidade e de exceção em relação às políticas de riscos, e programas de testes de estresse para avaliação de situações críticas, que consideram a adoção de medidas de contingência.

A estrutura centralizada de gerenciamento de riscos e de capital é compatível com a natureza das operações e a complexidade dos produtos e serviços oferecidos, sendo proporcional à dimensão da exposição aos riscos das entidades do Sicoob, e não desonera as responsabilidades das Cooperativas.

35.1 Risco operacional

As diretrizes para o gerenciamento do risco operacional encontram-se registradas na Política Institucional de Gerenciamento do Risco Operacional, aprovada pela Diretoria e pelo Conselho de Administração do CCS, que prevê procedimentos, métricas e ações padronizadas para todas as entidades do Sicoob.

O processo de gerenciamento de risco operacional consiste na avaliação qualitativa dos riscos por meio das etapas de identificação, avaliação, tratamento, documentação e armazenamento de informações de perdas operacionais e de recuperação de perdas operacionais, testes de avaliação dos sistemas de controle, comunicação e informação.

As perdas operacionais são comunicadas à área Risco Operacional e GCN – Gestão de Continuidade de Negócio, que interage com os gestores das áreas e identifica formalmente as causas, a adequação dos controles implementados e a necessidade de aprimoramento dos processos, inclusive com a inserção de novos controles.

Os resultados são apresentados à Diretoria e ao Conselho de Administração do CCS.

A metodologia de alocação de capital utilizada para a determinação da parcela de risco operacional (RWAopad) é a Abordagem do Indicador Básico.

35.2 Risco de Crédito

As diretrizes para o gerenciamento do risco de crédito encontram-se registradas na Política Institucional de Gerenciamento do Risco de Crédito, aprovada pela Diretoria e pelo Conselho de Administração do CCS, que prevê procedimentos, métricas e ações padronizadas para todas as entidades do Sicoob.

O CCS é responsável pelo gerenciamento do risco de crédito do Sicoob, atuando na padronização de processos, metodologias de análise de risco de contrapartes e operações, e no monitoramento dos ativos que envolvem o risco de crédito.

Para mitigar o risco de crédito, o CCS dispõe de modelos de análise e de classificação de riscos com base em dados quantitativos e qualitativos, a fim de subsidiar o processo de cálculo do risco e de limites de crédito da contraparte, visando manter a boa qualidade da carteira. O CCS realiza testes periódicos de seus modelos, garantindo a aderência à condição econômico-financeira da contraparte. Realiza, ainda, o monitoramento da inadimplência da carteira e o acompanhamento das classificações das operações de acordo com a Resolução CMN nº 2.682/1999.

A estrutura de gerenciamento de risco de crédito prevê:

- a) fixação de políticas e estratégias, incluindo limites de riscos;
- b) validação dos sistemas, modelos e procedimentos internos;
- c) estimação (critérios consistentes e prudentes) de perdas associadas ao risco de crédito, bem como a comparação dos valores estimados com as perdas efetivamente observadas;



- e) procedimentos para o monitoramento das carteiras de crédito;
- f) identificação e tratamento de ativos problemáticos;
- g) sistemas, rotinas e procedimentos para identificar, mensurar, avaliar, monitorar, reportar, controlar e mitigar a exposição ao risco de crédito;
- h) monitoramento e reporte dos limites de apetite por riscos;
- i) informações gerenciais periódicas para os órgãos de governança;
- j) área responsável pelo cálculo do nível de provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito;
- k) modelos para a avaliação do risco de crédito de contraparte, de acordo com a operação e com o público envolvido, que levam em conta características específicas dos entes, bem como questões setoriais e macroeconômicas;
- l) aplicação de testes de estresse, identificando e avaliando potenciais vulnerabilidades da Instituição;
- m) limites de crédito para cada contraparte e limites globais por carteira ou por linha de crédito;
- n) avaliação específica de risco em novos produtos e serviços.

As normas internas de gerenciamento do risco de crédito incluem a estrutura organizacional e normativa, os modelos de classificação de risco de tomadores e de operações, os limites globais e individuais, a utilização de sistemas computacionais e o acompanhamento sistematizado contemplando a validação de modelos e conformidade dos processos.

35.3 Risco de Mercado e Variação das Taxas de Juros

As diretrizes para o gerenciamento dos riscos de mercado e de variação das taxas de juros estão descritas na Política Institucional de Gerenciamento do Risco de Mercado e do Risco de Variação das Taxas de Juros e no Manual de Gerenciamento do Risco de Mercado e do IRRBB, aprovados pela Diretoria e pelo Conselho de Administração do CCS, que prevê procedimentos, métricas e ações padronizadas para as Cooperativas do segmento S3 e S4.

A estrutura de gerenciamento dos riscos de mercado e de variação das taxas de juros é proporcional à dimensão e à relevância da exposição aos riscos, adequada ao perfil dos riscos e à importância sistêmica da cooperativa, e capacitada para avaliar os riscos decorrentes das condições macroeconômicas e dos mercados em que a cooperativa atua.

O Sicoob dispõe de área especializada para o gerenciamento do risco de mercado e de variação das taxas de juros (IRRBB), com o objetivo de assegurar que o risco das Cooperativas seja administrado de acordo com os níveis definidos na Declaração de Apetite por Riscos (RAS) e com as diretrizes previstas nas políticas e nos manuais institucionais.

O sistema de mensuração, monitoramento e controle dos riscos de mercado e de variação das taxas de juros adotado pelo Sicoob baseia-se na aplicação de ferramentas amplamente difundidas, fundamentadas nas melhores práticas de gerenciamento de risco, abrangendo a totalidade das posições das Cooperativas.

O risco de mercado é definido como a possibilidade de ocorrência de perdas, resultantes da flutuação nos valores de mercado de instrumentos detidos pela instituição, e inclui:

a) O risco de variação das taxas de juros e dos preços de ações, para os instrumentos classificados na carteira de negociação;

b) O risco da variação cambial e dos preços de mercadorias (commodities) para os instrumentos classificados na carteira de negociação ou na carteira bancária.

O IRRBB é definido com o risco, atual ou prospectivo, do impacto de movimentos adversos das taxas de juros no capital e nos resultados da instituição, para os instrumentos classificados na carteira bancária.

Para a mensuração do risco de mercado das operações contidas na carteira de negociação, são utilizadas metodologias padronizadas do Banco Central do Brasil (BCB), que estabelece critérios e condições para a apuração das parcelas dos ativos ponderados pelo risco (RWA) para a cobertura do risco decorrente da exposição às taxas de juros, à variação cambial, aos preços de ações e aos preços de mercadorias (commodities).

Para a mensuração do risco das operações da carteira bancária sujeitas à variação das taxas de juros, são utilizadas duas metodologias que avaliam o impacto no:

a) valor econômico (ΔEVE): diferença entre o valor presente do reapreçamento dos fluxos em um cenário-base e o valor presente do reapreçamento em um cenário de choque nas taxas de juros;

b) resultado de intermediação financeira (ΔNII): diferença entre o resultado de intermediação financeira em um cenário-base e o resultado de intermediação financeira em um cenário de choque nas taxas de juros.

O acompanhamento do risco de mercado e do IRRBB das Cooperativas é realizado por meio da análise e avaliação do conjunto de relatórios, remetidos aos órgãos de governança, comitês e alta administração, que evidenciam, no mínimo:

a) o valor do risco e o consumo de limite da carteira de negociação, nas abordagens padronizadas pelo BCB;

b) os limites máximos do risco de mercado;

c) o valor de marcação a mercado dos ativos e passivos da carteira de negociação, segregados por fatores de risco;

d) o valor do risco e consumo de limite da carteira bancária, nas abordagens de valor econômico e do resultado de intermediação financeira, de acordo com as exigências normativas aplicáveis a cada segmento S3 e S4;

e) os descasamentos entre os fluxos de ativos e passivos, segregados por prazos e fatores de riscos;



- f) os limites máximos do risco de variação das taxas de juros (IRRBB);
- g) a sensibilidade para avaliar o impacto no valor de mercado dos fluxos de caixa da carteira, quando submetidos ao aumento paralelo de 1 (um) ponto-base na curva de juros;
- h) o valor presente das posições, descontadas pela expectativa de taxa de juros futuros da carteira de ativos e passivos;
- i) o resultado das perdas e dos ganhos embutidos (EGL);
- j) resultado dos cenários de estresse.

Em complemento, são realizados testes de estresse da carteira bancária e de negociação, para avaliar a sensibilidade do risco a cenários de estresse.

35.4 Risco de Liquidez

As diretrizes para o gerenciamento do risco de liquidez estão definidas na Política Institucional de Gerenciamento da Centralização Financeira, na Política Institucional de Gerenciamento do Risco de Liquidez e no Manual de Gerenciamento do Risco de Liquidez, aprovados pela Diretoria e pelo Conselho de Administração do CCS, que prevê procedimentos, métricas e ações padronizadas para todas as entidades do Sicoob.

A estrutura de gerenciamento do risco de liquidez é compatível com a natureza das operações, com a complexidade dos produtos e serviços oferecidos, e proporcional à dimensão da exposição aos riscos das entidades do Sicoob.

O Sicoob dispõe de área especializada para o gerenciamento do risco liquidez, com o objetivo de assegurar que o risco das entidades seja administrado de acordo com os níveis definidos na Declaração de Apetite por Riscos (RAS) e com as diretrizes previstas nas políticas e nos manuais institucionais.

O gerenciamento do risco de liquidez das entidades do Sicoob atende aos aspectos e padrões previstos nos normativos emitidos pelos órgãos reguladores, aprimorados e alinhados permanentemente com as boas práticas de gestão.

O risco de liquidez é definido como a possibilidade de a entidade não ser capaz de honrar eficientemente suas obrigações esperadas e inesperadas, correntes e futuras, incluindo as decorrentes de vinculação de garantias, sem afetar suas operações diárias e sem incorrer em perdas significativas, e/ou a possibilidade de a entidade não conseguir negociar a preço de mercado uma posição, devido ao seu valor elevado em relação ao volume normalmente transacionado, ou em razão de alguma descontinuidade no mercado.

Os instrumentos de gerenciamento do risco de liquidez utilizados são:

- a) acompanhamento do risco de liquidez das Cooperativas, realizado por meio da análise e avaliação do conjunto de relatórios, remetidos à órgãos de governança, comitês e alta administração, que evidenciem, no mínimo:

- a.1) limite mínimo de liquidez;
 - a.2) fluxo de caixa projetado;
 - a.3) aplicação de cenários de estresse;
 - a.4) definição de planos de contingência.
- b) elaboração de relatórios que permitam a identificação e correção tempestiva das deficiências de controle e de gerenciamento do risco de liquidez;
- c) existência de plano de contingência contendo as estratégias a serem adotadas para assegurar condições de continuidade das atividades e para limitar perdas decorrentes do risco de liquidez.

São realizados testes de estresse utilizando análise de cenários, com o objetivo de identificar eventuais deficiências e situações atípicas que possam comprometer a liquidez das entidades do Sicoob.

35.5 Risco Socioambiental

As diretrizes para o gerenciamento do risco socioambiental encontram-se registradas na Política Institucional de Responsabilidade Socioambiental (PRSA), aprovada pela Diretoria e pelo Conselho de Administração do CCS, que prevê procedimentos, métricas e ações padronizadas para todas as entidades do Sicoob.

O processo de gerenciamento do risco socioambiental consiste na avaliação dos potenciais impactos socioambientais negativos, inclusive em relação ao risco de reputação, para a elegibilidade das operações:

- a) setores de atuação de maior exposição ao risco socioambiental;
- b) linhas de empréstimos e financiamentos de maior exposição ao risco socioambiental;
- c) valor de saldo devedor em operações de crédito de maior exposição ao risco socioambiental.

As propostas de contrapartes atuadas por crime ambiental são analisadas por alçada específica.

O Sicoob não realiza operações com contrapartes que constem no cadastro de empregadores que tenham submetido trabalhadores a condições análogas às de escravo ou infantil.

35.6 Gerenciamento de Capital

O gerenciamento de capital das cooperativas é um processo contínuo e com postura prospectiva, que tem por objetivo avaliar a necessidade de capital de suas instituições, considerando os objetivos estratégicos do Sicoob para o horizonte mínimo de três anos.

As diretrizes para o monitoramento e controle contínuo do capital estão contidas na Política Institucional de Gerenciamento de Capital do Sicoob, à qual todas as instituições aderiram formalmente.



O processo do gerenciamento de capital é composto por um conjunto de metodologias que permitem às instituições identificar, avaliar e controlar as exposições relevantes, de forma a manter o capital compatível com os riscos incorridos. Dispõe, ainda, de um plano de capital específico, prevendo metas e projeções de capital que consideram os objetivos estratégicos, as principais fontes de capital e o plano de contingência; adicionalmente, são realizadas simulações de eventos severos e condições extremas de mercado, cujos resultados e impactos na estrutura de capital são apresentados à Diretoria e ao Conselho de Administração.

35.7 Gestão de Continuidade de Negócios

As diretrizes para a gestão de continuidade de negócios encontram-se registradas na Política Institucional de Gestão de Continuidade de Negócios, aprovada pela Diretoria e pelo Conselho de Administração do CCS, que prevê procedimentos, métricas e ações padronizadas para todas as entidades do Sicoob.

O processo de gestão de continuidade de negócios se desenvolve com base nas seguintes atividades:

- a) identificação da possibilidade de paralisação das atividades;
- b) avaliação dos impactos potenciais (resultados e consequências) que possam atingir a entidade, provenientes da paralisação das atividades;
- c) definição de estratégia de recuperação para a possibilidade da ocorrência de incidentes;
- d) continuidade planejada das operações (ativos, incluindo pessoas, sistemas e processos), considerando procedimentos para antes, durante e depois da interrupção;
- e) transição entre a contingência e o retorno à normalidade (saída do incidente).

O CCS realiza a Análise de Impacto (AIN) para identificar os processos críticos sistêmicos, com o objetivo de definir estratégias para a continuidade desses processos e, assim, resguardar o negócio de interrupções prolongadas que possam ameaçar sua continuidade. O resultado da AIN tem base nos impactos financeiro, legal e imagem.

São elaborados, anualmente, os Planos de Continuidade de Negócios contendo os principais procedimentos a serem executados para manter as atividades em funcionamento em momentos de contingência. Os Planos de Continuidade de Negócios são classificados em Plano de Continuidade Operacional (PCO) e Plano de Recuperação de Desastre (PRD).

Anualmente, são realizados testes nos Planos de Continuidade de Negócios para validar a sua efetividade.

36. Seguros Contratados – Não Auditado

O Sicoob Central BA adota a política de contratar seguros de diversas modalidades, cuja cobertura é considerada suficiente pela Administração e pelos agentes seguradores para fazer face à ocorrência de sinistros. As premissas de riscos adotados, dada a sua natureza, não fazem parte do escopo de auditoria das demonstrações contábeis e, conseqüentemente, não foram examinadas pelos nossos auditores independentes.

37. Índice de Basileia

As instituições financeiras e demais instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil devem manter, permanentemente, o valor do Patrimônio de Referência (PR), apurado nos termos da Resolução CMN nº. 4.192 de 01/03/2013 e CMN nº 4.193, de 01/03/2013, que dispõem sobre a metodologia para apuração do Patrimônio de Referência (PR) e definem requerimento mínimo de PR correspondente à aplicação do fator “F” ao montante RWA, sendo “F” igual a 8% (oito por cento) e Adicional de Capital Principal (ACP) correspondente a 2,5% (dois inteiros e cinco décimos por cento), a partir de 1º de abril de 2022, totalizando 10,5% (dez inteiros e cinco décimos por cento) de exigência no 1º semestre de 2022. Na data base de 30 de junho de 2022, a margem do patrimônio de referência do Sicoob Central BA correspondia a R\$ 25.360.454,93, representando IB de 20,23%, superior ao requerido mínimo pelo Banco Central do Brasil. Na data base de 30 de junho de 2021, a margem era de R\$ 26.403.046,50, representando IB de 23,14%.

38. Benefícios a Empregados

O Sicoob Central BA é patrocinadora de um plano de previdência complementar para seus empregados e administradores. O plano é administrado pela Fundação Sicoob de Previdência Privada – Sicoob Previ.

As contribuições dos empregados e administradores do Sicoob Central BA são equivalentes a no mínimo 1% do salário.

As despesas com contribuições efetuadas totalizaram:

Descrição	30/06/2022	30/06/2021
Contribuição Previdência Privada	(126.995,49)	(107.040,19)
TOTAL	(126.995,49)	(107.040,19)

Salvador-BA, 30 de junho de 2022.

ALEXSANDRO DO CARMO SILVA
DIRETOR ADMINISTRATIVO

JOSEMIR PEREIRA SOARES
DIRETOR OPERACIONAL

VALMIR LIMA SILVA
CONTADOR
CRCBA-023450/O-3



RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Srs.

**Conselheiros, Diretores e Associados da
COOPERATIVA CENTRAL DE CRÉDITO DA BAHIA LTDA.
SICOOB CENTRAL BA
Salvador - BA**

Opinião

Examinamos as demonstrações contábeis da COOPERATIVA CENTRAL DE CRÉDITO DA BAHIA LTDA. SICOOB CENTRAL BA, que compreendem o balanço patrimonial em 30 de junho de 2022 e as respectivas demonstrações dos resultados, das mutações do patrimônio líquido, do resultado abrangente e dos fluxos de caixa para o semestre findo naquela data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas foram elaboradas, em todos os aspectos relevantes, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil.

Base para Opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis em relação à Entidade, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas conforme essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Outras informações que acompanham as demonstrações contábeis e o relatório do auditor

A administração da Entidade é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações contábeis não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esses relatórios.

Em conexão com a auditoria das demonstrações contábeis, nossa responsabilidade é a de ler as outras informações identificadas acima e, ao fazê-lo, considerar se essas outras informações estão, de forma relevante, inconsistentes com as demonstrações contábeis ou com o nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparentam estar distorcidas de forma relevante.

Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos fatos a relatar.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações contábeis

A administração é responsável pela elaboração das demonstrações contábeis de acordo com práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Entidade continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar a Entidade ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Entidade são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estejam livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas, não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

Como parte da auditoria realizada, de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtivemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.

Obtivemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados nas circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Entidade.

Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.

Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe uma incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Entidade. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Entidade a não mais se manter em continuidade operacional.



Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Belo Horizonte MG, 29 de julho de 2022.

FÁBIO EDUARDO DE ALMEIDA BAUER
Contador Responsável
CRCMG 077699/O



SICOOB
Central BA